



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

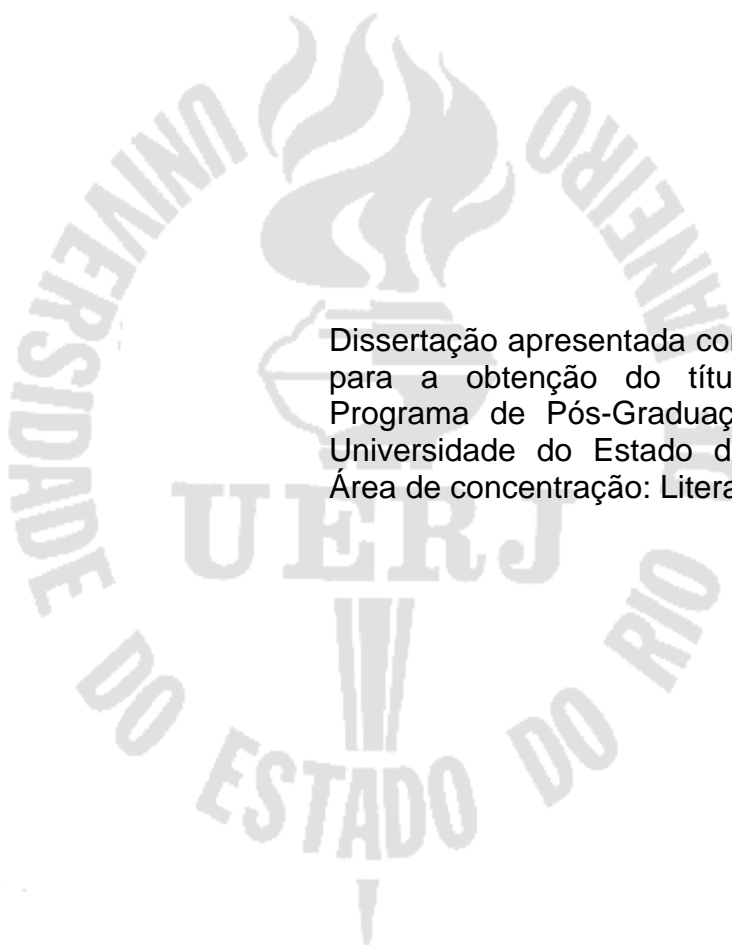
Mônica Proença da Silva

**O sonho de Bilac ou como transformar Sebastianópolis
em vitrine do Brasil moderno**

Rio de Janeiro
2010

Mônica Proença da Silva

O sonho de Bilac
ou como transformar Sebastianópolis em vitrine do Brasil moderno



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Machado de Oliveira

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

B595 Silva, Mônica Proença da.
O sonho de Bilac ou como transformar Sebastianópolis em vitrine do Brasil moderno / Mônica Proença da Silva. – 2010.
102 f.

Orientadora: Ana Lúcia Machado de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Bilac, Olavo, 1865-1918. – Crítica e interpretação. 2. Crônicas brasileiras – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Urbanização – Rio de Janeiro (RJ) – Crônicas – Teses. 4. Análise do discurso narrativo – Teses. I. Oliveira, Ana Lúcia Machado de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

Mônica Proença da Silva

O sonho de Bilac
ou como transformar Sebastianópolis em vitrine do Brasil moderno

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Aprovada em: 08 de abril de 2010.

Banca examinadora:

Profª Drª Ana Lúcia Machado de Oliveira (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Profª Drª Fátima Cristina Dias Rocha
Instituto de Letras da UERJ

Profª Drª Andréa Portolomeos
Faculdade de Letras da UNESA

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pela ajuda que sempre me deram.
Ao meu filho Augusto, por sempre acreditar em mim.
A Bárbara, pelo esforço em esperar.
A Santo Expedito e a São Judas Tadeu, por manterem minha fé.
Acima de tudo, **a Deus, pela vida**

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quase três anos em que me dediquei a esse trabalho, muitas foram as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui e realizar um sonho que esteve adormecido por muito tempo.

Acordei e hoje vejo meu sonho se realizando.

Nesse percurso nos braços de Orfeu, o agradecimento especial vai para a Professora Doutora Ana Lúcia Machado de Oliveira, por todo seu profissionalismo, pela sua paciência para comigo, por ter me proporcionado a ampliação de meus conhecimentos para além dos limites estabelecidos nesta dissertação e para além da literatura.

Recebe também um agradecimento especial a Professora Doutora Fátima Cristina Dias Rocha, pois sem ela não teria iniciado esse curso de mestrado e por aceitado fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

Agradeço os meus professores de Literatura Brasileira, Portuguesa e Língua Inglesa dos cursos de Letras — Português/Italiano e Inglês/Literaturas de Língua Inglesa. Apesar do grande profissionalismo de todos, gostaria de destacar o Trabalho do Prof. Dr. Flávio Carneiro, por me fazer ver que em tudo há poesia.

Igualmente agradeço os professores do curso de Especialização em Literatura Brasileira, especialmente a Professora Doutora Andréa Portolomeos, pela valiosa iniciação nos estudos sobre a crônica e por aceitar compor a banca examinadora desta dissertação.

Também são dignos de agradecimentos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, incluindo um agradecimento especial, *in memoriam*, à Professora Doutora Maria Consuelo Campos, que nos deixou recentemente.

É válido ressaltar que todos esses cursos foram realizados nessa Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição de prestígio nacional e internacional e que “mora em meu coração”. Assim sendo, não posso deixar de agradecer aos funcionários e funcionárias do Instituto de Letras — graduação, especialização e pós-graduação, em especial Luciana e Cláudia — e da Biblioteca do 11º andar pelo profissionalismo, dedicação e paciência.

Por último, mas não sem menos importância, agradeço as minhas amigas do coração (em ordem alfabética, para não dar a entender que uma tem mais importância que outra): Cynthia Oliveira, Rosa Maria Meyohas e Roselir Baptista — cada uma sabe o porquê.

“Crônicas, que são? Pretextos ou testemunhos?”
Pergunta José Saramago, justamente ao escrever
uma de suas crônicas nas páginas do jornal A Capital,
em fins da década de 1960.
A questão é constantemente retomada por cronistas e críticos
e parece ecoar nas palavras de Clarice Lispector:
“Crônica é um relato, é uma conversa,
é um resumo de um estado de espírito?”

Margarida de Souza Neves

Sonhei esta noite que era prefeito municipal.

Olavo Bilac

Sonhar não custa nada
(...)
Estrela de luz
Que me conduz
Estrela que me faz sonhar

Paulinho Mocidade, Dico da Viola e Moleque Silveira

RESUMO

SILVA, Mônica Proença da. *O sonho de Bilac ou como transformar Sebastianópolis em vitrine do Brasil moderno*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) — Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Esta dissertação apresenta um estudo da crônica, gênero utilizado por Olavo Bilac — poeta das estrelas e cronista da cidade — para divulgar o modelo republicano de ordem e progresso. No presente estudo encontra-se também a análise de algumas crônicas bilaquianas — especialmente as do período das reformas do governo Pereira Passos — cujo tema central é o progresso urbano, incluindo as noções de civilidade, higienização e sanitarismo. Esse pensamento correspondia ao movimento de urbanização pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava de modo a transformar-se em uma verdadeira cidade-capital e vitrine do Brasil moderno.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Crônicas. Olavo Bilac. Reformas urbanas de Pereira Passos.

ABSTRACT

This dissertation presents a study of “familiar essays” (*crônicas*), a kind of narrative used by Olavo Bilac — poet of the stars and chronicler of the city — to promote the republican model of order and progress. The present study also explores some of the texts written by Bilac, especially the ones produced during the period of the urban reforms carried out by the mayor Pereira Passos. The central theme of these “familiar essays” is the urban progress, which includes the notions of civility, hygiene and sanitation. This thought corresponded to the movement of urbanization in which the city of Rio de Janeiro went through so as to become the federal capital and showcase of modern Brazil.

Keywords: Brazilian literature. Chronicles. Olavo Bilac. Pereira Passos’s urban reforms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura - Avenida Central e Teatro Municipal, 1910	58
Figura 2 - Charge sobre o Rio de Janeiro	61
Figura 3 - Rua do Ouvidor	65
Figura 4 - Avenida Central, 1905	67
Figura 5 - Primeira página do <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 15/11/1905	69
Figura 6 - Av. do Mangue, 1907	74
Figura 7 - Operários comemoram a inauguração de um dos armazéns do Porto, cerca de 1908	76
Figura 8- Inauguração da Avenida Central, 15/11/1905	77
Figura 9 - Avenida Central, 1906	80
Figura 10 - Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905.....	81
Figura 11- Igreja da Penha, década de 1930	85
Figura 12 - Festa da Penha, 1947	85
Figura 13 - Fiel subindo de joelhos as escadarias do Santuário da Penha, s/data	86
Figura 14 - Festa da Penha, 1912	88
Figura 15 - Bonde tombado pelo povo durante as manifestações populares no Rio de Janeiro, novembro/1904	90
Figura 16 - Barricada da Saúde	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. SOBRE A CRÔNICA	17
1.1. Crônica: um gênero diferente	17
1.2. Crônica e história	18
1.3. Crônica: entre literatura e jornalismo	23
1.4. A crônica e o jornal	25
1.5. A crônica no Brasil	30
1.6. O Rio de Janeiro e a crônica	36
2. OLAVO BILAC: UM CRONISTA CARIOCA DA <i>GEMMA</i>	38
3. SEBASTIANÓPOLIS: ENTRE 1850 – 1910	51
4. VISÕES DE SONHO E DE REALIDADE: SEBASTIANÓPOLIS NAS CRÔNICAS DE OLAVO BILAC	59
4.1. O cronista e a cidade: Bilac e sua relação com Sebastianópolis	60
4.2. Sebastianópolis: uma cidade de contrastes	64
4.3. O porto: a porta de entrada de Sebastianópolis	73
4.4. A Avenida Central: o cartão-postal de Sebastianópolis	77
4.5. O trabalho: Sebastianópolis ressuscitada	81
4.6. A “luta” em Sebastianópolis: Barbárie versus Ordem, Progresso e Civilização	84
5. CONCLUSÃO: A CRÔNICA, O CRONISTA E SUA CIDADE	93
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Certo dia, em fins do século XIX, o cronista sonhou que era prefeito de sua cidade, no entanto, por mais que se esforçasse, não conseguia varrer toda a sujeira que nela havia. Cansado, sentindo-se derrotado, pediu exoneração e acordou.

Mais de um século depois, precisamente em 2007, após ter sido apresentada às suas crônicas e aos estudos sobre esse gênero literário tão peculiar, eu sonhei com o cronista. No meu sonho, ele era inteligente, divertido e dinâmico — muito parecido com o personagem central de um romance que mistura ficção e realidade histórica pelo qual havia me apaixonado anos antes de conhecer sua produção cronística. Além disso, suas crônicas me pareceram, de certo modo, extremamente atuais. Mais encantada fiquei quando li a sua entrevista dada ao cronista-repórter João do Rio, para a coletânea *Momento Literário*, publicada em 1907, e descobri todo o seu patriotismo e seu interesse pela educação do povo brasileiro. Foram esses sonhos — o do cronista e o meu — e essa paixão pela sua excêntrica e admirável pessoa que me levaram a dedicar parte do meu pouco tempo livre de professora de três escolas públicas para estudar sua vida, sua obra e seu tempo, e escrever esta dissertação.

Olavo Brás Martins de Guimarães Bilac (1865 – 1918), o personagem principal do primeiro romance de ficção de Ruy Castro — *Bilac vê estrelas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) — é, infelizmente, até hoje, muito mais conhecido por sua poesia do que por sua prosa. Entre os jovens que iniciam seus estudos em Literatura como disciplina obrigatória do Ensino Médio, ele é quase sempre visto como o poeta das palavras difíceis. Quando muito, se lembram de seu mais famoso poema, “Ora direis ouvir estrelas! Certo”. Mas Bilac foi um grande cronista, tendo publicado mais de mil e seiscentas crônicas em jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que dentre eles estavam alguns dos periódicos mais importantes da época.

Podemos dizer, portanto, que, além de Príncipe dos Poetas Brasileiros, Olavo Bilac também foi um mestre da arte de cronicar.

Não queremos diminuir a maestria com que Machado de Assis escreveu suas crônicas. O Bruxo do Cosme Velho, apesar de sua rica e genial produção cronística ter se estendido ao longo de quatro décadas, não se dedicou apenas a esse gênero

tão nosso — tão brasileiro — a ponto de viver dele. Sua vida devia mesmo ser atribulada: funcionário público, contista, romancista, poeta, dramaturgo, cronista. Machado ainda é muito mais conhecido hoje por seus romances. O mestre da literatura brasileira não nasceu “em berço esplêndido” e tampouco teve o privilégio de cursar uma escola de medicina ou faculdade de direito. O que fará, então, pensar em viajar mais de uma vez para a Europa? Talvez por isso — por falta de tempo — não tenha escrito tantas crônicas quanto o poeta e cronista objeto de nosso estudo.

Não estamos dizendo que as crônicas machadianas são inferiores às escritas por Olavo Bilac. Longe disso! Como comparar estilos diferentes? Afinal, a crônica é livre e autônoma — um gênero tão peculiar que nos é até difícil definir.

O que pretendemos com este trabalho é mostrar a grandiosidade (deixemos os números de lado) da narrativa cronística de Olavo Bilac. Nosso desejo é contribuir para desmistificar a imagem que dele se construiu. Imagem antiga, criada pelos modernistas da geração de 22, que tantas vezes ridicularizaram seus ideais parnasianos.

Bilac foi um jornalista por excelência e um dos responsáveis pela profissionalização do ofício. Não foi repórter como João do Rio. Escrevia de sua escrivaninha, assim como o mestre Machado de Assis, a quem certa vez atribuiu as glórias conquistadas pelos escritores de sua geração.

O cronista e poeta Olavo Bilac, porém, tinha um sonho — um sonho que, infelizmente, temos que admitir que nem se vivesse mais de cento e cinquenta anos conseguiria vê-lo concretizado. Desejava ele ardentemente ver sua Sebastianópolis — a personificação feminina do Rio de Janeiro, a capital federal da República do Brasil — transformada numa “Paris tropical”. Muito do que ele escreveu em suas crônicas sobre as mazelas da cidade, do seu povo, dos governos federal e municipal, ainda está presente em pleno século XXI, mais de cem anos após o término de sua carreira como cronista, em 1908. Além disso, se hoje estivesse vivo, provavelmente estaria estarecido com alguns dos acontecimentos (revoltas e quebra-quebras) ocorridos há não muito tempo na sua velha e luminosa Paris.

A presente dissertação se propõe a fazer uma leitura de algumas das crônicas de Olavo Bilac, em especial as publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*, entre 1902 e 1908, e na revista *Kosmos*, que foram reunidas por Antônio Dimas em *Vossa Insolência e Bilac, o Jornalista: Crônicas: Volumes 1 e 2*, sob a ótica da civilização moderna e capitalista. Nessas crônicas, o tema central é o progresso

urbano. Através delas, o cronista pretendia instruir o seu público-leitor e fazê-lo acreditar no modelo republicano de ordem e progresso, que incluía noções de civilidade, higienização e sanitarismo, que deveriam acompanhar o movimento de urbanização pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava de modo a transformar-se em capital federal e vitrine do Brasil moderno.

Foi na crônica escrita para *Estado de São Paulo*, na edição de 20 de novembro de 1897, que Olavo Bilac descreveu o sonho em que ele era prefeito do Distrito Federal. Com o intuito de acabar com o lixo e salvar a cidade da sujeira deixada pelos governos anteriores (uma verdadeira utopia), contratou inúmeros varredores, que, em vão, não conseguiam dar cabo da tarefa. Ao tomar consciência de que era impossível livrar-se de tanta imundície, o cronista pediu exoneração e acordou (cf. BILAC: 2006, vol. 2, p. 233).

Bilac escreveu crônicas sobre os mais variados assuntos, umas mais divertidas, outras mais “sérias” e algumas até “tristes”, como, por exemplo, a que escreveu em homenagem a seu amigo Artur Azevedo, que acabara de falecer (cf. BILAC: 2006, v.1, p. 897-899). Todas elas ele compôs com a maestria de quem domina a língua e a pena.

Tendo principalmente a elite como público leitor — não eram muitos os que sabiam ler e que podiam comprar um diário como a *Gazeta de Notícias* ou um periódico como a revista *Kosmos* —, Olavo Bilac escrevia em suas crônicas o que se queria que fosse lido. Trabalhava bem ao gosto do senso comum — grandes temas e grandes problemas sociais —, tentando sempre espremer do fato descrito uma lição e reforçando, sempre que possível, a moral e os bons costumes. Nelas, o preciosismo da linguagem de poeta parnasiano foi um pouco “deixado de lado” e um tom mais didático foi utilizado, com o auxílio de um discurso retórico, repleto de metáforas e adjetivações de fácil compreensão.

Durante duas décadas, Olavo Bilac escreveu para a imprensa. Em pequenos jornais, grandes folhas ou revistas, seu texto sempre foi marcante e, de certo modo, moderno. Em milhares de crônicas, o ourives das palavras mostrou-se também um escritor de notícias.

O professor Antonio Dimas, estudioso da cronística bilaquiana, realizou grandioso trabalho lendo, sumariando, selecionando e analisando a obra de Olavo Bilac como jornalista-cronista em mais de mil e seiscentas crônicas. Elas são um retrato de uma época que se descortina para o leitor do século XXI.

Abordando os mais variados assuntos, as crônicas bilaquianas carecem, no momento, de cortes mais precisos de acordo com temas, épocas (afinal foram vinte anos de trabalho jornalístico) e veículos (jornais e revistas), acompanhados de análises mais aprofundadas sobre eles. Encontrar entre as que o ensaísta selecionou para publicação aquelas que exemplificam o caráter didático, a preocupação com o progresso urbano e a construção de um Rio de Janeiro, cidade-capital, vitrine do Brasil — *corpus* por nós escolhido — é um desafio que se faz imperioso.

As crônicas bilaquianas aqui analisadas apresentam os temas de maior interesse do cronista e de seu público-leitor: o Rio de Janeiro do início do século XX, que precisava com urgência modernizar-se e cuja população necessitava adquirir bons hábitos — de atitude, de higiene e de educação, em geral.

Como um bom caixeiro viajante, que traz dentro de sua mala de tudo um pouco para agradar à freguesia, Olavo Bilac soube muito bem tratar desses temas de forma leve e agradável e conquistar seu público.

Para contar um pouco da vida dessa personalidade atuante, um típico intelectual empenhado das primeiras décadas da República Velha, poeta das estrelas e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, nos baseamos nos trabalhos dos biógrafos Fernando Jorge e Raymundo Magalhães Júnior.

Um capítulo especial foi dedicado ao estudo da crônica enquanto gênero literário: sua gênese, sua relação com a história, a literatura e o jornalismo, assim como suas características e sua funcionalidade no Brasil da segunda metade do século XIX e da primeira década do século XX, em especial no Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos os estudos organizados por Antonio Candido (*A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações*) e os trabalhos de Afrânio Coutinho, Wellington Pereira, Massaud Moisés, Davi Arrigucci Júnior e Jorge de Sá, entre outros. Também serviram de apoio crítico e teórico sobre o assunto, as investigações de Cristiane Costa (*Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904 – 2004*) e de Beatriz Resende (*Cronistas do Rio*).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, especialmente as da primeira década do século XX, empreendidas pelos governos federal e municipal, e que tinham como objetivo principal sanear e embelezar a cidade de modo a transformá-la em vitrine de um Brasil moderno, receberam uma atenção especial de nossa parte. Além disso, procuramos mostrar um pouco dos hábitos e costumes dos

intelectuais e demais habitantes da cidade do Rio de Janeiro no período em questão (as primeiras duas décadas de governo republicano no Brasil). O estudo fundamentou-se nas obras de Brito Broca (*A vida literária no Brasil – 1900*), Nicolau Sevcenko (*Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*) e os textos de *História da vida privada no Brasil, volume 3*) e de Jaime Larry Benchimol (*Pereira Passos: um Haussmann tropical*). Outras obras de relevância também foram utilizadas, tais como os trabalhos de Mônica Pimenta Velloso, Marly Motta e José Murilo de Carvalho.

O último capítulo foi dedicado à análise de algumas crônicas escritas por Olavo Bilac e publicadas nos periódicos da época. Estas são por nós consideradas como representativas dos ideais do cronista sonhador e patriota, que tanto queria ver a sua Sebastianópolis civilizada e feliz, do mesmo modo que ele via a Paris que tanto admirava.

1. SOBRE A CRÔNICA

Como destaca Beatriz Sarlo, a miscelânea da crônica consiste na justaposição de textos que respondem a retóricas e objetivos contrastantes ou até mesmo contrapostos (...) tudo pautado pela brevidade e a ilustração do cotidiano, erigido agora à categoria fulgurante da reflexão. Esta coleção de instantâneos situa seu horizonte no coletivo, daí que o aspecto multitudinário das ruas e a miscelânea da crônica sejam rigorosamente equivalentes. (ANTELO: 1989, p. 13)

1.1. Crônica: um gênero diferente

Por muito tempo ela foi desprezada, vista como um “gênero menor”. Além disso, até hoje, ela é muito mais estudada por especialistas em comunicação (mais especificamente, em jornalismo) e por historiadores do que por estudiosos de literatura. Temos que concordar com as palavras de Antonio Candido, em seu famoso texto “A vida ao rés-do-chão”, de que ninguém “pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista por melhor que ele fosse” (CANDIDO: 1992, p. 13). Há também o fato de ser ela um texto escrito essencialmente para ser publicado em jornais e revistas. Mas nada disso é suficiente para questionar a sua importância. Adaptando as palavras do sambista, a crônica não é um gênero nem maior, nem menor, mas simplesmente diferente, porém não menos importante, do que os demais gêneros. Não nos esqueçamos de que a grande maioria dos escritores brasileiros — entre eles alguns canônicos, como Machado de Assis e Olavo Bilac ou Manuel Bandeira e Clarice Lispector — foram cronistas em vida. Podemos acrescentar ainda o fato de que há hoje escritores que são mais conhecidos por suas crônicas do que por seus romances ou contos, como Luís Fernando Veríssimo e Rubem Braga.

Em síntese, como tentaremos demonstrar em seguida, quando afirmamos ser a crônica um gênero diferente é porque acreditamos no fato de que ela seja uma narrativa que transita entre a literatura, a história e o jornalismo.

1.2. Crônica e história

Crônica e história estão ligadas pelo tempo — a palavra grega *chrónos* (ou *krónos*) deu origem a *chronikós* (ou *khronikós*) e, mais tarde em latim, *chronica* (cf. BASTAZIN: 2001, p.11). Massaud Moisés, em seu estudo sobre a crônica, afirma que, no início da era cristã, o vocábulo designava “uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em seqüência cronológica” (MOISÉS: 2007, p. 101). Ainda segundo o mesmo autor, esse tipo de narrativa “situa-se entre os anais e a história”, limitando-se a “registrar os eventos, sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los” (MOISÉS: 2007, p. 101).

Em Portugal, em fins do século XIV, a crônica começou a sofrer suas primeiras modificações pelas mãos do cronista Fernão Lopes¹, que, como nos mostra Luiz Costa Lima em *Sociedade e discurso ficcional*, utilizou-se de um discurso próximo daquele empregado pelo historiador. Nessa obra, o ensaísta contrapõe a crônica do português a uma de “tipo oposto, a *Primeira crônica general de España*” (LIMA: 1986, p. 21), composta entre 1270 e 1295.

Cabe aqui destacar que o texto espanhol é uma composição impessoal na qual a “subjetividade de quem a escreve ou a ordena não entra sequer em cogitação” (LIMA: 1986, p. 22). Observa ainda o crítico: “Para o homem medieval, não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham às verdades religiosas, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras” (LIMA: 1986, p. 23).

Por outro lado, Fernão Lopes, nas palavras do professor Costa Lima, tematiza a subjetividade em sua crônica (cf. LIMA: 1986, p. 28-30). O cronista imprime ao texto uma narrativa mais dinâmica e preocupa-se em firmar a verdade nua num padrão humano de comportamento. Apesar de basear-se em documentos, sua

¹ Cronista português que viveu entre os séculos XIV e XV, nomeado, pelo rei D. Duarte, Guarda-Mor da Torre do Tombo (responsável pela conservação do Arquivo Geral do Reino), em 1418, e posteriormente, em 1434, cronista-mor (http://www.citi.pt/cultura/historia/historiadores/fernao_lopes/).

crônica não é simples arrolar de nomes e fatos, havendo nela interpretação e emoção. Outro aspecto interessante é a presença do povo na narrativa.

Em seu livro *A literatura portuguesa através dos textos*, Massaud Moisés seleciona para análise da obra de Fernão Lopes uma passagem da *Crônica d'El-Rei D. Pedro*². Nela, Lopes:

(...) descreve as cenas como se as visse, num visualismo dinâmico que lembra o movimento de uma câmera cinematográfica surpreendendo os pormenores mais flagrantes da personagem central, por fora e por dentro: um visualismo ao mesmo tempo cenográfico e psicológico. (MOISÉS: 2000, p. 49)

Ao lermos a passagem mencionada, verificamos que o povo está lado a lado com o rei e que ele, apesar de soberano, é tratado pelo cronista como um homem. Ele dava festas para por fim ao seu enfadamento ou para que, cansado de danças, vinho e frutas, conseguisse dormir. Nas palavras do cronista:

As gentes, que dormiam, saíam às janelas, a ver que festa era aquela, ou por que se fazia; e quando viram daquela guisa el-Rei, tomaram prazer de o ver assim ledado. E andou el-Rei assim gram parte da noite, e tornou-se ao paço em dança, e pediu vinho e fruta, e lançou-se a dormir... (LOPES: 1921, p. 31-34)

Em seguida, Moisés transcreve um trecho da *Crônica de D. João I*³. Para os propósitos de nossa investigação, cabe citar algumas de suas palavras sobre a passagem referida (o assassinato do Conde de Andeiro pelo Mestre de Avis, fato que deu início à revolução popular em Portugal) e sobre o cronista:

(...) tudo se passa como se fosse a descrição da psicologia dum herói novelesco, pleno de força íntima e de poder de presença, “vivo” enfim à frente do leitor. A descrição do modo como o Mestre de Avis executa o Conde de Andeiro (...) impressiona por sua concisão e precisão: Fernão Lopes possuía o sentido aguçado para a economia sintática e para a impressão que deveria causar no ânimo dos leitores. Em resumo: um extraordinário cronista, iniciador da historiografia portuguesa a sério, e um notável escritor. (MOISÉS: 2000, p. 52)

² D. Pedro I foi o oitavo rei de Portugal e ficou conhecido como “O Cruel” ou “O Justiceiro” pela maneira como, ao assumir o trono, vingou a morte de sua amada, Inês de Castro. Esse eterno amor, cantado em verso e prosa por escritores portugueses, rendeu ao rei outro cognome: O-Até-ao-Fim-do-Mundo-Apaixonado (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_de_Portugal).

³ D. João I, Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I, subiu ao trono após uma revolução que contou com apoio do povo, o terceiro estado (camponeses e mercadores), que temia a influência de Castela, representada na figura da rainha, Leonor Teles, cunhada do Mestre, e de seu amante e compatriota, o Conde João Fernandes de Andeiro. A guerra civil, conhecida pelo nome de Revolução de Avis, ocorreu entre 1383 e 1385, quando o Mestre foi coroado rei. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_I_de_Portugal).

Em nosso país, essa ligação entre crônica e história, passando pelo discurso historiográfico, está presente na carta que Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, escreveu ao rei de Portugal, D. Manuel, sobre a descoberta de terras na direção leste do arquipélago de Cabo Verde — a Terra de Vera Cruz, hoje o Brasil. Trata-se de uma carta-crônica, pois o escrivão é minucioso em sua descrição sobre a viagem de Cabral e a chegada às terras do Brasil. Além disso, ele também relata suas impressões sobre essas mesmas terras.

Flora Bender e Ilka B. Laurito, em estudo sobre a história da crônica, escrevem sobre a carta-crônica de Caminha:

Como a carta só chegaria ao destinatário tempos depois do evento, os acontecimentos relatados no momento mesmo da descoberta já se constituíam, por si, um registro do passado. Nesse sentido, Caminha comporta-se como um cronista à moda do Quinhentismo português. No entanto, comporta-se também como um cronista no sentido atual da palavra — o de flagrador do tempo presente — na medida em que o seu relato é contemporâneo dos acontecimentos que narra. Caminha é o cronista do cotidiano do descobrimento, ou seja, do “hoje” de 1500. (BENDER e LAURITO: 1993, p.12)

Outros cronistas portugueses aqui estiveram e relataram suas impressões sobre a terra recentemente descoberta. Um deles foi Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, que comandou a primeira expedição colonizadora enviada ao Brasil. Seu manuscrito, *Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Souza*, foi apenas descoberto e publicado no século XIX, em Lisboa, 1839, por outro cronista, Francisco Adolfo de Varnhagen — este já nascido no Brasil.

Na *Brasiliana da Biblioteca Nacional*, obra organizada por Paulo Roberto Dias Pereira, em comemoração aos 500 anos de Brasil e aos 190 anos da Biblioteca Nacional e que contem uma coletânea de textos escritos por pesquisadores para produzir um guia de fontes completo sobre o Brasil, lê-se a respeito:

Navegador afeito à ação, Pero Lopes oferece passagens que emocionam o leitor, com um tom entre deslumbrado e surpreso diante da realidade geográfica e humana da terra visitada, como a chegada à baía do Salvador e do Rio de Janeiro, o relato da subida pelos rios Paraná e Uruguai, a fundação da vila de São Vicente, ou ainda, o ataque aos núcleos franceses que comerciavam o pau-brasil. Sobre a sua chegada ao Rio de Janeiro, diz: ‘A gente deste Rio é como a da Bahia de Todos os Santos, senão quanto é mais gentil gente. Toda a terra deste Rio é de montanhas e serras muito altas. As melhores águas há neste que podem ser’. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_da_Navega%C3%A7%C3%A3o).

Pêro Magalhães Gândavo foi outro português que exerceu esse gênero. Em 1576, ele escreveu a *História da Província Santa Cruz*, de 1576 (cf. <http://www.dbd.puc.rio.br/brasil500anos/aexposicao.html>).

Sobre os textos que descrevem as terras e os habitantes do Brasil, as autoras da obra *Crônica: história, teoria e prática* acrescentam:

Analogicamente a essa chamada “crônica leiga”, também existe a crônica dos missionários e religiosos, especialmente as dos jesuítas, como Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim ou José de Anchieta, que, tendo como finalidade principal documentar os passos da catequese, não podem deixar de dar notícias e tecer comentários sobre a terra e as gentes que nela habitam. (BENDER e LAURITO: 1993, p.13)

Aqui nos atrevemos a acrescentar um documento considerado por nós de grande importância, se visto como uma narrativa cujo objetivo é relatar o que se observa para que outros tenham conhecimento daquilo não visto e não vivenciado por não estarem presentes no momento do acontecimento — assim como a carta que Pero Vaz de Caminha enviou a D. Manuel, rei de Portugal. Escrita pelo renomado sermoneiro padre Antonio Vieira, que na época era ainda um adolescente, a "Carta Ânua" de 1626⁴ relata ao geral da Companhia de Jesus a invasão da Bahia pelos holandeses (1624 – 1625). A belíssima e vívida descrição da terra e de seus habitantes, assim como a narração dos fatos acontecidos, faz com que esse memorável documento, escrito originalmente em latim e, em seguida, com alguns acréscimos, em português, possa entrar para o rol das cartas-crônicas sobre o Brasil. Leiamos alguns trechos dessa missiva:

(...) foi a 8 de maio de 1624, apareceram de fora, na costa sobre esta Bahia, 24 velas holandesas de alto bordo, com algumas lanchas de gávea, as quais fizeram crer os cidadãos, costumados a viver em paz (...).

(...) Na mesma tarde saiu o sr. Bispo D. Marcos Teixeira, com uma companhia de eclesiásticos, armados, não só para animar a gente, mas para com a espada na mão se defender, e ofender, se fosse necessário, ao inimigo; (...).

Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. (...) Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo, sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros. (VIEIRA: 2003, p. 82-83)

⁴ Para mais informações, ver: OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de. Antonio Vieira e o desempenho das convenções retóricas do gênero epistolar. In: ROCHA, Fátima C. e CHIARA, Ana C. (Org.). *Literatura brasileira em foco: escritas da intimidade*. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2009, p. 21-36.

Tomando de empréstimo as palavras de Wellington Pereira, podemos dizer que os exemplos mencionados até aqui não constituem simples relatos históricos. Em todos encontramos alguns matizes literários, o emprego de recursos retórico-poéticos. São narrativas que não estão apenas no plano denotativo. Há nelas uma carga maior de conotação, pois os relatos são feitos a partir da visão de mundo do cronista: sua interpretação da realidade, a apreciação que faz dos fatos e como os ordena, além de suas impressões dos acontecimentos (cf. PEREIRA: 1994, p. 15).

Esse tipo de relato situado entre o texto historiográfico e o literário, porém, não se restringe aos tempos de transição da sociedade ocidental, ou seja, a chamada Idade Moderna. Mesmo com o advento da literatura jornalística, no século XIX, a crônica, vista como registro de fatos históricos, não deixou de ser produzida. Um exemplo é a *Crônica do Descobrimento do Brasil*, de 1840, escrita por Varnhagen. No mesmo século, podemos mencionar também *Um passeio pelo Rio de Janeiro* (1862-3) e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), ambas escritas por Joaquim Manuel de Macedo. Já no século XX, temos, por exemplo, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles — esta com “um poema épico-lírico a que dá o nome significativo de *Crônica Trovada da Cidade de Sam Sebastiam*” (BENDER e LAURITO: 1993, p.14). Nessas obras, é possível encontrar a singular visão do escritor, que não relata apenas os fatos, mas empresta a eles suas emoções e sensações sobre o momento relatado, quer tenha sido ele vivido ou não por aquele que os narra.

Davi Arrigucci Jr., baseando-se em texto de Antonio Candido, “Drummond prosador: singularidade do traço”, salienta o rigor e a precisão do poeta ao narrar fatos históricos. No mesmo ensaio, ele destaca a obra *Crônicas da Província do Brasil* (1937), de Manuel Bandeira, que, como um cronista à moda antiga, resgata o passado de algumas regiões brasileiras (cf. ARRIGUCCI JR.: 2001, p. 54).

Mesmo quando não é um relato de fatos históricos, a crônica tem sempre alguma relação com a história e a memória — esta última, necessária para o cronista relatar e comentar o que viu, ouviu, sentiu, viveu. Bender e Laurito, numa leitura crítica de uma crônica de Olavo Bilac, datada de fins de 1907, “A história de um ano”, afirmam que “o cronista é sempre uma espécie de historiador do cotidiano, ainda que não esteja preocupado em fazer História” (BENDER e LAURITO: 1993, p.15). As autoras ilustram essa afirmação com o seguinte trecho da crônica:

Se houvesse leis e regulamentos a que se pudesse sujeitar os cronistas, gente radicalmente fantasista e insubordinada, — todos eles seriam obrigados, no fim de cada ano, a reler todas as suas crônicas e a resumi-las numa página sintética, escrevendo assim, para uso e edificação da posteridade, a história de cada período de doze meses; no fim de um decênio, as dez crônicas, resumidas anualmente, seriam ainda apertadas e espremidas numa só crônica; ao cabo de um século, um historiador trituraria no almofariz da sua crítica os elementos das dez histórias decenais, e estariam assim escritos, sem grande trabalho, os fastos da Civilização... (BILAC: 1997, p. 812)

1.3. Crônica: entre literatura e jornalismo

Crônica tem essa vantagem: (...) não exige de quem a faz o nervosismo saltitante do repórter, responsável pela apuração do fato na hora mesma em que ele acontece; dispensa a especialização suada em economia, finanças, política (...), esporte, religião e o mais que imaginar se possa. Sei bem que existem o cronista político, o esportivo, (...) etc., mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada ao falar de tudo. Não se exige do cronista geral a informação ou comentários precisos que cobramos dos outros. O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa, que (...) desperte em nós a inclinação para o jogo da fantasia, (...) a crônica é território livre da imaginação, empenhada em circular entre os acontecimentos do dia, sem procurar influir neles. Fazer mais do que isso seria pretensão descabida de sua parte. Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo. (DRUMMOND DE ANDRADE: 1984)

Portadora do “espírito do tempo”, a crônica, a partir do século XIX, passa a ter uma significação mais dilatada, com o aumento da carga subjetiva que nela é impressa por aquele que a escreve.

Sabe-se que o século XIX presencia a afirmação da burguesia como classe dominante no mundo ocidental. De modo muito esquemático, pode-se afirmar que esse grupo social privilegia o individualismo e a propriedade privada. É justamente em tal momento que a literatura ganha seu espaço e passa a ser vista de maneira diferente, pois há agora uma enorme ênfase no caráter autoral da obra. Essa nova

característica é marcada pelo destaque da subjetividade do escritor. Assim sendo, o cronista não está fora dessa nova maneira de ver o mundo, muito pelo contrário.

Nesse mesmo século, a crônica sai dos arquivos da corte ou dos mosteiros e vai para as folhas dos jornais e, com isso, seu público também muda. Em sua maioria, ele é burguês e urbano, interessado no que acontece ao seu redor na política, na economia, nos costumes, enfim em todos os aspectos da sociedade — o cotidiano do seu tempo. É na crônica que tal público encontra essas informações, que, para ganhar espaço, tem que ter a forma de acordo com “o gosto do freguês”. A esse respeito, cabe mencionar que esse espaço, no entanto, tem um limite: um número determinado de linhas e laudas⁵. Segundo Jorge de Sá, é dessa limitação, a qual obriga que o texto da crônica seja econômico, sintético e objetivo, que “nasce a sua riqueza estrutural” (SÁ: 2005, p. 7). O cronista, conseqüentemente, se vê obrigado a se adaptar a essa nova estrutura. Se assim não o fizer, ele não conseguirá conquistar o leitor. Este não está interessado em descrições detalhadas de acontecimentos ou opiniões profundas sobre determinado assunto. Como nos escreveu o poeta mineiro em sua crônica de despedida no *Jornal do Brasil*, [o cronista] “sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo” (DRUMMOND DE ANDRADE: 1984).

Não basta, entretanto, ter um texto econômico, sintético e objetivo para ganhar o leitor moderno. Mesmo vivendo numa sociedade em que o tempo é um fator crucial na sua vida e que exige dele estar a par dos acontecimentos, esse leitor quer “se distrair”. Portanto, tem que haver entre ele e o cronista uma ligação lúdica, na qual a subjetividade e a criatividade são fatores de suma importância.

Em síntese, é dessa “mistura” de concisão — estabelecida pelo espaço limitado do jornal — e de criatividade literária, que requer do cronista a capacidade de escrever um texto com uma estrutura fortemente elaborada e pensada, contendo a dose certa de fluidez, brevidade e subjetividade, que nasce a crônica moderna: um gênero diferente, que circula livremente entre o jornalismo e a literatura.

⁵ Em linguagem jornalística, *laudas* são folhas de papel em que o redator escreve o texto destinado à publicação. Atualmente, na grande imprensa, está quase em desuso esta forma de medição de tamanho de texto, sendo mais comum a medição por centimetragem ou número de palavras, seguindo o padrão de programas de computador, como o Word. Em geral, quem define o tamanho do texto é o editor da seção (editoria) a que ele se reserva. O editor “fecha o caderno” orientado pelo “espelho”, planejamento feito pelo departamento comercial, que aponta em que páginas do jornal ficarão anúncios e espaços publicitários.

1.4. A crônica e o jornal

Os noticiaristas registram; os cronistas comentam. O noticiarista retira da mina a ganga de quartzo em que o ouro dorme, sem brilho e sem préstimo; o cronista separa o metal precioso da matéria bruta que o abriga, e faz esplender ao sol a pepita rutilante. Naquela notícia e naquela razão há um lindo pedaço de ouro, que convém aproveitar... (BILAC: 1996, p. 232)

No momento em que a crônica se torna pública, através da conquista de um espaço só seu no jornal, é que ela passa a figurar como um texto literário. Nesse veículo, a crônica não consiste apenas em um simples relato dos fatos, não há nela a exatidão da informação. Ela é uma análise dos fatos do dia-a-dia com um colorido emocional. Em poucas palavras, ela mostra os fatos por um ângulo singular: o do cronista.

A crônica chegou ao jornal no século XIX e o espaço conquistado por ela recebeu um nome: folhetim. Como se sabe, o folhetim é originário da França. Marcus Vinicius Nogueira Soares, em trabalho produzido para o XI Congresso Internacional da ABRALIC, nos conta a história desse pedacinho do jornal:

*Como se sabe, feuilleton foi a seção criada no *Journal des débats*, em 1800, caracterizada materialmente pelo traço horizontal no rodapé da página que a separava do restante do periódico. Inicialmente, era dedicada à publicação de anúncios de espetáculos dramáticos e ao entretenimento em geral, como moda, charadas, etc. Contudo, ainda em 1800, passa a divulgar crítica literária e teatral. É esse último molde que será logo adotado pelos outros jornais franceses, principalmente a partir da década de 1830, com a entrada em cena do escritor Jules Janin, que vai ocupar o espaço, no mesmo *Journal des débats*, durante aproximadamente trinta anos. Em *La presse*, por exemplo, Soulié revezava-se com Alexandre Dumas na apreciação da cena e literatura francesas, enquanto Gautier escrevia sobre artes plásticas. (SOARES: 2008, p. 3)*

Resumindo, esse espaço ao rés-do-chão — democrático, por excelência, visto que nele podemos encontrar textos sobre os mais variados assuntos — é reservado para um único fim: o entretenimento do leitor. Além de textos informativos, também encontramos, nesse rodapé, textos literários, como “pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa” (SÁ: 2005, p. 7).

Com o passar dos anos, esse espaço “vale-tudo” começa a se diferenciar. Alguns deles passam a falar de um único tipo de assunto, como teatro (crítica de teatro), literatura (resenha de livros), variedades. Além disso, estendendo-se às revistas periódicas, aumenta a sua popularidade. Nesse contexto, surge, em 1838, um novo competidor para o chãozinho dos periódicos: o “romance em pedacinhos”, o “pai das novelas brasileiras”, aquele que acabou usurpando para si o nome do espaço — o romance folhetim. Na década de 1840, o sucesso desses “romances em pedacinhos” é tão grande que aquele chãozinho da primeira página do jornal é só seu. Com isso, a seção de variedades é empurrada para as páginas internas dos periódicos, porém sem sair do rés-do-chão (cf. MEYER: 1992, p. 97-98).

No mesmo texto anteriormente referido, Meyer nos chama a atenção para um fato importante: “(...) se todos os romances, em média, passam a ser publicados em folhetim, nem todos são romances folhetins” (MEYER: 1992, p. 99). Tal afirmativa mereceria maiores desdobramentos, o que não faremos, pois o foco central de nossa investigação é a crônica e não os romances.

Vimos que o termo “crônica” está ligado ao tempo e que, inicialmente, era usado para designar relatos em ordem cronológica — sentido que, segundo Afrânio Coutinho, “prevaleceu até hoje nos vários idiomas europeus modernos, menos no português” (COUTINHO: 1999, vol. 6, p. 121). Vimos, também, que, em Portugal, no século XIV, o cronista-mor do rei — aquele responsável em narrar os fatos da nobreza reinante — imprime a esse texto alguns aspectos retórico-poéticos, diferenciando-o do puro e simples relato dos fatos. Contudo, é no final do século XVIII e início do século XIX, que o vocábulo “crônica” ganha um novo significado, em parte diferente do original.

Definir o indefinível é tarefa árdua. No entanto, apesar de sua diversidade, a crônica, enquanto gênero literário, possui algumas características que podem ser enumeradas, tarefa à qual nos dedicaremos a seguir.

As primeiras crônicas nascem com o advento da imprensa empresarial (entenda-se: publicações de periódicos — jornais e revistas — com grande tiragem). São, todavia, textos que possuem tom altivo e serviam, assim como outros encontrados no jornal, para informar o leitor dos acontecimentos da semana ou do dia anterior.

Nesse passo da investigação, torna-se importante ressaltar dois pontos. O primeiro é o fato de que, apesar de ter surgido dentro do jornal e ter, como uma de

suas funções, a informação, a crônica não é um texto jornalístico. O segundo vale como lembrança do que já foi dito anteriormente: esses textos eram publicados no rodapé dos periódicos — o folhetim — e versavam sobre os mais variados assuntos.

Aos poucos, a crônica vai se desprendendo da altivez vocabular e passa a ser aquele texto leve e descontraído, muito próximo da oralidade. Continua discorrendo sobre temas os mais diversos possíveis, mas a preocupação, agora, não é só informar. A finalidade maior é distrair o leitor. Essas não são, porém, suas únicas características.

O século XIX, período de afirmação da crônica como gênero literário, é o século da supremacia da individualidade. Portanto, a crônica, ganha uma grande carga de subjetividade e transforma-se num texto pessoal e essencialmente autônomo, que traz a marca singular de seu autor. Este escreve sobre o que lhe interessa ou sobre o que acha que vai interessar a seu leitor, não tendo qualquer regra a seguir; melhor dizendo: seu único compromisso é entreter aquele que o lê.

Ao chegar ao Brasil, importada da França nos moldes do folhetim que acabava de surgir nesse país, a crônica se aclimatou de tal forma, que podemos dizer que se tornou um gênero tipicamente brasileiro. Tão brasileiro e tão popular que foi justamente esse gênero que Olavo Bilac escolheu para divulgar os feitos de modernização da cidade do Rio de Janeiro, empreendidos pelos governos federal e municipal, no início do século XX.

No entanto, Bilac não foi o único a conquistar esse espaço ao rés-do-chão dos periódicos — aliás, quando ele começou sua carreira de cronista, a crônica já fazia parte do dia-a-dia dos leitores de periódicos e, portanto, já não mais tinha esse aspecto de “texto menor de fim de página”. Na virada do século XIX para o século XX, é grande o número de escritores que se rendem ao gênero como forma de ganha-pão, o qual também poderia proporcionar fama. Além disso, alguns estudiosos da prosa afirmam que é através da árdua tarefa de escrever crônicas que muitos escritores podem exercitar a arte de narrar (imagine-se escrevendo uma crônica diária e tendo que “criar” a cada dia um assunto diferente e interessante para cativar o público leitor).

Sendo ela, inicialmente, uma cópia do *feuilleton* — o folhetim francês —, a crônica recebeu o nome de folhetim e seus autores, folhetinistas. Estes escreviam sobre tudo (ou quase tudo): os acontecimentos da semana, eventos sociais, política,

teatro. Os textos eram longos, muitas vezes sem enfeites, sisudos, como podemos notar nas crônicas de José de Alencar, em *Ao correr da pena*.

A esse respeito, no prefácio de *Crônicas Escolhidas de José de Alencar*, João Roberto Faria escreve:

Naqueles tempos, a crônica chamava-se folhetim e não tinha as características que tem hoje. Era um texto mais longo, publicado geralmente aos domingos no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objetivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana, fossem eles alegres ou tristes, sérios ou banais, econômicos ou políticos, sociais ou culturais. O resultado, para dar um exemplo, é que num único folhetim podiam estar, lado a lado, notícias sobre a guerra da Criméia, uma apreciação do espetáculo lírico que acabara de estrear, críticas às especulações na Bolsa e a descrição de um baile no Cassino. (FARIA, 1995: s/pág.)

Machado de Assis, um dos grandes mestres desse gênero, com toda sua engenhosidade, numa única crônica era capaz de tratar dos mais diversos assuntos, que, para muitos, talvez não tivessem a mínima relação entre eles. Boa idéia dessa maestria nos deu Gustavo Corção, em artigo sobre o cronista Machado de Assis:

Ninguém mais, neste século [XX], e principalmente neste país, é capaz de escrever com aquela graça dançarina; ninguém mais é bastante sábio e bastante livre para começar sua crônica pelas rosas e borboletas do jardim para emendá-las, com a lógica suprema do delírio, numa intimação da intendência municipal; e ninguém mais sabe compor aquela salada, a que se referia Montaigne, onde entram Voltaire, a instituição do júri, a carta que o grão-turco escreveu do próprio punho no jubileu do Papa, as saudades de Granada, algumas reflexões sobre o *Corão*, aplicadas logo após as eleições de Ubá, tudo isto envolto nos melhores molhos da língua e enfeitado com o creme destas considerações finais sobre um parecer dos síndicos da Geral: [trecho da crônica de 26 de fevereiro de 1893]. (CORÇÃO, Gustavo: 1979, v. 3, p. 325)

O próprio Machado de Assis fez do folhetinista assunto de uma de suas crônicas, publicada na revista *O Espelho*, de 1859, em que se lê:

O folhetim (...) nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. (...)
O folhetinista é a fusão agradável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. (...) (ASSIS, 1942: vol. 3, p. 33)

Outro aspecto importante que devemos considerar nos é apresentado por Antonio Candido, que, em seu texto "A vida ao rés-do-chão", aponta as transformações pelas quais o folhetim passou ao tornar-se crônica:

Aos poucos o folhetim foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje.

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, onde um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma. (CANDIDO, 1992: p. 15)

Foi justamente com Machado de Assis que o aspecto literário da crônica no Brasil começou a se consolidar, trazendo-a “para o domínio da literatura” (AGUIAR, 2008: p. 81). Não obstante, os acontecimentos diários ou semanais continuaram sendo a base da crônica brasileira, que, mesmo com o intuito de divertir, também podia levar o leitor a refletir sobre esses mesmos acontecimentos e até sobre a condição humana e a vida.

Carlos Drummond de Andrade, renomado cronista do século XX, nos ofereceu uma relevante descrição do gênero a que nos dedicamos neste trabalho:

A crônica é fruto do jornal, onde aparece entre notícias efêmeras. Trata-se de um gênero literário que se caracteriza por estar perto do dia-a-dia, seja nos temas, ligados à vida cotidiana, seja na linguagem despojada e coloquial do jornalismo. Mais do que isso, surge inesperadamente como um instante de pausa para o leitor fatigado com a frieza da objetividade jornalística. De extensão limitada, essa pausa se caracteriza exatamente por ir contra as tendências fundamentais do meio em que aparece (...). Se a notícia deve ser sempre objetiva e impessoal, a crônica é subjetiva e pessoal. Se a linguagem jornalística deve ser precisa e enxuta, a crônica é impressionista e lírica. Se o jornalista deve ser metódico e claro, o cronista costuma escrever pelo método da conversa fiada, do assunto-puxa-assunto, estabelecendo uma atmosfera de intimidade com o leitor (DRUMMOND DE ANDRADE: 1999, p. 13).

Com o passar do tempo, o folhetim foi diminuindo de tamanho, preocupando-se mais com a função de divertir o leitor. O texto ficou leve e fluente, muitas vezes sintético. Recebeu de alguns autores certa dose poética, de outros, ironia e sarcasmo. Adquiriu uma narrativa mais informal e próxima da oralidade — uma pretensa conversa informal e gratuita com o leitor. Não obstante, manteve uma complexa elaboração interna e os acontecimentos diários ou semanais continuaram sendo a sua base, que, mesmo com o intuito de divertir, também podem levar o leitor a refletir sobre esses mesmos acontecimentos e até sobre a condição humana e a vida.

Assim sendo, o folhetim de variedades importado da França foi se transformando em crônica — um texto que contém histórias e fatos compostos de uma linguagem despojada. Essa linguagem, contudo, é também profunda, marcante

e direta, sendo fomentada pelo uso detalhado de metáforas, imagens, símbolos, invenções, sugestões, ousadas. Enfim, na crônica encontramos um conjunto de palavras e mais palavras que rasgam um universo inteiro de significados. Além disso, é a crônica, pela sua brevidade, sua concisão e sua fluidez temática, suportada, no entanto, por uma estrutura fortemente elaborada e pensada, o lugar onde se questiona o que de mais profundo conforma a condição humana e que configura a sua arte literária.

1.5. A crônica no Brasil

O jornal é um instrumento de educação e de justiça (BILAC: 2006, v. 1, p. 74)

A crônica, como a conhecemos hoje, está presente no Brasil há mais de 150 anos. De acordo com Afrânio Coutinho:

A crônica brasileira propriamente dita começou com Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825 – 1889) em folhetim no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (2 de dezembro de 1852). Também no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro assinou ele o folhetim semanal até 1854. (COUTINHO: 1999, v. 6, p. 124).

Em meados do século XIX, o Brasil era um país com um pequeno número de alfabetizados que, para tornar a situação ainda mais crítica, constituía um grupo, em sua maioria, formado por pessoas não letradas, ou seja, pessoas que não se interessavam pela leitura. Assim, a crônica assumiu uma função social: formar um público leitor, através do entretenimento.

Para atingir tal objetivo, era necessário que o leitor em potencial adquirisse o hábito da leitura individual. Os assuntos leves e uma escrita muito próxima da oralidade, como se fosse uma conversa entre quem escreve e quem lê, foram essenciais para ganhar o leitor pela afetividade, proporcionando a transição da cultural oral para a cultura escrita. Dessa forma, no Brasil, a crônica — especialmente a que foi produzida pelos autores românticos — assumiu um caráter de literatura pedagógica, facilitadora, e nossos escritores, o papel de instrutores para

o letramento do leitor. Apenas a título de observação, registre-se que, na Europa, os escritores não tiveram que desempenhar esse papel, visto que o Estado se preocupou com a formação desse leitor letrado através da escola (por exemplo, ao final do século XIX, todo francês era um leitor em potencial).

Como parte de sua pesquisa de pós-doutorado, a professora Andréa Portolomeos investigou a crônica produzida no Brasil do século XIX, sobre a qual nos esclarece:

A crônica oitocentista, ao elaborar estratégias textuais visando à fundação de um público leitor, deixa entrever uma sólida tradição de elementos do passado literário fundada em regras e preceitos retóricos. Embora esses textos fossem produzidos no clima dos novos ideais românticos de subjetividade e liberdade criadora, eles nos mostram que a ruptura romântica com estruturas mentais longamente arraigadas não foi (e não pode ser) absoluta. Assim sendo, nossa crônica não degenera completamente o ideal clássico de texto — que, segundo Cícero, deveria *docere* (persuadir), *delectare* (deleitar) e *movere* (comover) —; pelo contrário, conta com ele no projeto de formação de uma literatura nacional. Importa lembrar que a retórica era disciplina obrigatória nos currículos escolares do século XIX, o que equivale dizer que nossos autores conheciam-na suficientemente bem para usá-la em proveito do projeto romântico. (PORTOLOMEOS: s/data, p. 6)

No Brasil da segunda metade do século XIX, a crônica não teve apenas esse caráter “didático”, de formação de um público leitor. Ela também serviu como ganha-pão de jovens que buscavam a fama no mundo das letras, muitos dos quais se tornaram escritores, como é o caso de José de Alencar, Artur Azevedo, Machado de Assis e Olavo Bilac.

José de Alencar substituiu Francisco Otaviano como folhetinista do *Correio Mercantil* em 1854. Entre 3 de setembro daquele ano e 8 de julho do ano seguinte, “ele escreveu a primeira série dos folhetins semanais intitulados ‘Ao correr da pena’ — trinta e sete ao todo —, que projetaram o seu nome no meio intelectual e social” da capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro (FARIA: 2004, p. XI). Segundo Afrânio Coutinho, foi “a crônica que abriu caminho ao romancista, afeiçoando os leitores contemporâneos às suas fantasias de um lirismo transbordante” (COUTINHO: 1999, v. 6, p. 124).

A esse respeito, torna-se de relevância destacar que o romancista Alencar não se diferenciou muito do folhetinista. As páginas de “Ao correr da pena” são exemplos da versatilidade do escritor, capaz de, ao mesmo tempo, flunar pela urbe e deleitar-se com a natureza exuberante que a cerca. Em outras palavras, sua pena movia-se ágil como um colibri ou uma borboleta — imagens usadas por ele mesmo, em folhetim de 24 de setembro de 1854, para descrever o folhetinista — ao passar

em revista os mais variados acontecimentos da semana. Cada um deles era tratado de maneira única e com o estilo que melhor lhe convinha, contendo a dose certa de jornalismo e literatura (cf. FARIA: 2004, p. XVIII-XIX).

O dramaturgo maranhense Artur Azevedo colaborou em períodos do Rio de Janeiro por mais de trinta anos, desde sua chegada à cidade, em 1873, quando esta ainda era capital do Império. Enquanto cronista, ele é muito mais conhecido por sua produção para a seção “O teatro”, contida no periódico *A Notícia* entre os anos de 1894 e 1908. Contudo, foi sob o pseudônimo Elói, o herói, que ele exerceu seu lado “folhetinista”, em uma coluna exclusivamente sua no *Diário de Notícias*, intitulada “De Palanque”.

Em trabalho apresentado no Seminário de Teses em Andamento (SETA) dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Ezequiel Gomes da Silva observou acerca de Artur Azevedo e a seção “De Palanque”:

O “De palanque” era uma seção diária assinada por Artur Azevedo no periódico *Diário de Notícias*. Nele eram feitos comentários acerca da vida social, artística e cultural da capital do império. Na condição de homem público, o jornalista usava seu espaço na imprensa para divulgar as artes em geral: teatro, música, escultura, pintura, literatura. Mas além da esfera cultural, o cronista também se interessava por assuntos como, secas, enchentes, assassinatos, suicídios, que atingiam diretamente a população. (SILVA: 2009, p. 321)

Importa sublinhar que foi em “De Palanque” que Artur Azevedo apresentou a seus leitores alguns jovens aspirantes à fama literária, como Olavo Bilac, Raimundo Correa e Alberto de Oliveira — o “trio de ouro” do parnasianismo brasileiro. A gratidão de Bilac seria expressa publicamente em uma crônica dedicada ao dramaturgo por ocasião de sua morte, publicada na *Gazeta de Notícias* de 25/10/1908, na qual escreveu:

A Crônica está de luto: perdeu um dos seus melhores servidores — talvez o melhor, porque foi de todos o que mais soube tratá-la, como ela quer ser tratada, com um espírito onímodo, dando a todos os assuntos uma leve graça fugitiva, e pondo a arte do dizer ao alcance de todas as inteligências, sem prejuízo da correção do estilo. (BILAC: 1996, p. 105)

A citação acima evidencia como, com apenas poucas palavras, Bilac consegue não só falar sobre o seu amigo, como também, de modo esclarecedor, tecer comentários acerca da arte de cronicar.

Machado de Assis, assim como José de Alencar e Artur Azevedo, também figura entre os grandes nomes — senão o maior — da crônica do século XIX⁶. O “bruxo do Cosme Velho”, mestre do romance, usou boa dose de sua magia durante anos em crônicas publicadas em importantes periódicos da época, inclusive na famosa *Gazeta de Notícias* — folha que abrigou sua crônica semanal até 1897, quando a deixou e que foi “herdada” por Olavo Bilac. A esse respeito, leiamos a seguinte afirmação:

Durante quarenta anos, desde a década de 1860, [Machado] escreveu crônicas: por ordem cronológica, no *Diário do Rio de Janeiro* e mais tarde na *Semana Ilustrada* (1860-75), em *O Futuro* (1862), na *Ilustração Brasileira* (1876-78), em *O Cruzeiro* (1878) e, a partir de 1883 até 1897, na *Gazeta de Notícias*, inscritas sob vários títulos — “Balas de estalo” (Lélio), “A + B” (João das Regras), “Gazeta de Holanda” (Malvólio), “Bons dias” (Boas noites) até a sua mais perfeita e final feição de cronista em “A Semana”, sem assinatura, entre 1892 e 1897. (BRAYNER: 1992, p. 407-8)

Machado de Assis é um exemplo marcante do *self-made man*. A vida não lhe permitiu uma educação formal, viagens ao exterior e raríssimas foram as vezes que saiu da cidade do Rio de Janeiro. Tornou-se um grande escritor — na prosa, na poesia, no drama — por méritos seus. Mas foi o jornal, como o foi para a grande maioria dos escritores do século XIX, que lhe abriu as portas do aprendizado e da fama.

Cristiane Costa, traduzida para o inglês por Andrew Jager, em artigo para a revista acadêmica *Portuguese Literary & Cultural Studies* 13/14, da Universidade de Massachusetts Dartmouth, escreveu sobre o aprendiz de jornalista:

Machado de Assis is a sort of founding myth in Brazilian literature. After him, everything became possible: it is as if since that time the accomplishments of a certain individual in a certain historical context were open to all who would take the risk and follow the path. However, even our founding myth did not arise out of thin air, so to speak.(...) After all, how could a poor, young mulato, an orphan and epileptic, come to be the most famous writer in slave-owning Brazil? Only by entering the great halls of literature through the service entrance of journalism. (COSTA: 2006, p. 561)

Resumidamente, em tradução livre nossa, numa sociedade escravocrata, a literatura era uma forma de ascensão social e o jornalismo consistia em sua porta de entrada. A despeito de suas condições sociais, Machado se tornou um mito na

⁶ Também é digno de leitura o texto escrito por Gustavo Corção sobre as crônicas machadianas: CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979, v. 3, p. 325-331.

literatura brasileira, deixando a impressão de que era possível conquistar uma determinada posição naquela sociedade bastando apenas “ter garra”.

Cabe ainda citar outro estudo publicado na mesma revista americana, “*Crônica in Fifteen Themes*” (“Crônica em quinze temas”), de Ana Miranda, cujo texto foi traduzido para o inglês por Rebecca J. Atencio. A autora do afamado livro *Boca do Inferno*, um romance histórico acerca de Gregório de Matos e ambientado na Bahia do século XVII, escreve sobre a ironia que cabia como uma luva de seda nas irreverentes crônicas machadianas. Entretanto, para a escritora, nessas mesmas crônicas é possível encontrar um Machado diferente do irônico e irreverente, capaz de dar “piparotes” no leitor — um marido e amante devotado a sua Carolina, pessoa reservada e tímida, funcionário público exemplar, além de pesquisador do lado sombrio da alma. Esse Machado está presente nas bem elaboradas construções lingüísticas e na originalidade de cronista que não se submetia aos fatos e que era capaz de, numa espécie de conversa com o leitor, falar das coisas miúdas (cf. MIRANDA: 2006, p. 599-606).

Tentando retirar dos acontecimentos um aspecto mais universal que consiga vencer o tempo, as crônicas machadianas se prendem a temas mais universais. Segundo Luiz Antonio Aguiar, “Machado muitas vezes partia do cotidiano para reflexões amplas, sobre o mundo, a espécie humana, ou outros assuntos de interesse permanente” (AGUIAR: 2008, p. 82), preocupando-se em se distanciar do tempo datado e do senso comum.

A famosa crônica da série “Balas de estalo”, publicada na *Gazeta de Notícias* de 04 de julho de 1883, é um exemplo da habilidade de Machado em fazer de um fato cotidiano de sua época uma reflexão sobre “boas maneiras”. A referida crônica é um decálogo com regras que devem ser seguidas pelos usuários de *bonds*. O texto, repleto de ironia, apresenta-se como uma crítica aos (maus) costumes da época. Contudo, não é necessário uma reflexão mais profunda para percebermos que as preocupações de então ainda têm sentido para nós e que, infelizmente, uma considerável parcela da população ainda não aprendeu determinadas regras básicas de convívio social (ASSIS: 1883).

A mais famosa série de crônicas de Machado — “A Semana” — foi publicada na *Gazeta de Notícias* entre 1892 e 1897. Sobre elas, John Gledson, estudioso das obras machadianas, em ensaio traduzido para a língua portuguesa por Maria Teresa David, defende a idéia de que aquelas “crônicas, eram *supostamente* (grifo nosso)

leves e triviais, mais recreativas que educativas” — características da cronística da época —, mas também podem ser vistas como textos repletos da mais pura ironia machadiana. Nelas, Machado tratou de temas considerados “delicados” na época — a conturbada política brasileira do governo de Marechal Floriano, por exemplo — com a frivolidade e a falta de seriedade que convêm ao gênero, mas sem que, com isso, deixasse de apresentar sua opinião sobre o momento brasileiro, o qual era apresentado com “a discrição que era natural e instintiva nele” (cf. GLEDSON: 2006, p. 207-235).

Com quase meio século de colaboração em jornais e revistas, às vezes com frequência diária, podemos dizer que Machado foi o maior cronista brasileiro do século XIX. Porém, um dia, ele “se aposentou” e seu lugar na famosa coluna da *Gazeta de Notícias* foi ocupado pelo poeta-cronista Olavo Bilac, cujas crônicas são a matéria-prima de nosso estudo e, portanto, merecem um capítulo especial.

1.6. O Rio de Janeiro e a crônica

Há entre o Rio de Janeiro e a crônica uma tal afinidade que chega a ser difícil fazer a história da cidade sem se evocar — desde os primeiros viajantes que adentraram maravilhados a baía — um dos numerosos cronistas que, tendo ou não nascido aqui, dela falaram. Já no Império, com Machado de Assis, a crônica é companheira, quase diária, do leitor carioca. Com a República, a crônica se faz também crítica e João do Rio e Lima Barreto registram a vida da Capital Federal. Na década de 1920, os cronistas erotizam a imagem da cidade-cenário das melindrosas. O best-seller Benjamm Costallat afirma que a crônica “deve ser enxuta como uma mulher magra, mas graciosa no andar ondulante”. O modernista Álvaro Moreyra escreve A cidade mulher e consagra a expressão ‘Cidade Maravilhosa’. (RESENDE: 1995, p. 11)

Ao longo de seus quase 450 anos de existência, muito já se produziu — e muito ainda será produzido — em todos os gêneros da literatura em que, de alguma forma, encontramos representações dessa intrigante cidade do Rio de Janeiro e seu cotidiano — sua história, sua gente, seus monumentos, seus mais variados espaços geográficos. Famosos literatos já escreveram sobre ela ou utilizaram alguns de seus espaços geográficos como cenário de suas obras. Dentre eles, podemos citar Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Clarice Lispector, Rubem Fonseca, Vinícius de Moraes, e tantos outros mais. Todos com seu estilo próprio, tanto na prosa, quanto na poesia, souberam captar a cidade, transformando seu olhar em texto literário.

Contudo, segundo nos esclarece Mônica Pimenta Velloso, é a crônica o gênero que se sobressai entre os demais para falar do Rio de Janeiro (cf. VELLOSO, 2004, p. 17). Sua chegada ao Brasil, ainda como folhetim, seu deu pelo porto da capital do Império. Por isso, podemos afirmar que a crônica nasceu no Rio de Janeiro. Mesmo que suja, maltratada e com ares coloniais, a cidade era, desde

os tempos da Monarquia, cosmopolita por excelência e, por isso mesmo, a crônica encontrou no Rio a “alimentação” necessária para crescer e se fixar.

É incontável o número de cronistas que escreveram, e escrevem, sobre o cotidiano do Rio de Janeiro. Tendo eles nascido ou não na cidade ou mesmo sequer crescido em seu espaço urbano, não resistem ao rico material humano, histórico, geográfico etc. que ela lhes oferece. Alguns nomes são famosos até hoje; outros, apesar da fama de cronista conquistada em vida, foram esquecidos com o tempo ou são mais (ou apenas) lembrados por seu outro lado artístico, como romancista (tal como José de Alencar), poeta (Olavo Bilac), sambista (Orestes Barbosa), dramaturgo (Nelson Rodrigues) e até cineasta (Arnaldo Jabor)⁷.

Para todos eles, maravilhosa ou não, o fato é que a cidade do Rio de Janeiro lhes forneceu — como ainda fornece para muitos que estão entre nós e para outros que ainda estão por vir — a matéria-prima ideal para uma boa crônica.

⁷ Para mais informações sobre os cronistas “cariocas”, ver RESENDE, Beatriz (org.) [et al]. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB: 1995.

2. OLAVO BILAC: UM CRONISTA CARIOCA DA *GEMMA*

“Olavo Bilac é carioca da *gemma*”. Com essa afirmação, Guimarães Passos iniciou o retrato do cronista, na edição de março de 1893, sua “*Biographia Express*” — coluna que assinava na revista literária *O Álbum*, dirigida por Artur Azevedo (cf. DIMAS: 2006, p. 34).

A nosso ver, entretanto, a longa citação que se segue, parte de uma entrevista realizada com Olavo Bilac pelo cronista-repórter João do Rio, em 1904, constitui, a mais bela e harmoniosa descrição do poeta-cronista — ou cronista-poeta — e, portanto, julgamos importante transcrevê-la neste trabalho:

A originalidade desse homem reside na sua sensibilidade extrema e sorridente, na sua impecabilidade, nessa doçura como que rítmica que harmoniza os seus períodos e o acompanha na vida. Bilac chegou à perfeição — é sagrado. Não há quem não o admire, não há quem não o louve. As fadas, que são quase uma verdade, fizeram da sua existência uma sinfonia deliciosa, e como o seu talento não tem desfalecimentos e a sua atividade é sempre fecunda, a admiração se perpetua. É o poeta da cidade como Catulo o era de Roma e como Apuleio o era de Cartago. Todos o conhecem e todos o respeitam. Os editores vendem anualmente quatro mil exemplares de seu livro de versos, realizando o que até então era o impossível.

Onde vá, o louvor acompanha-o. A cidade ama-o. Nenhum poeta contemporâneo teve o destino luminoso de empolgar exclusivamente a admiração. Ele é o pontífice dos artistas e dos que o não são. Há homens que guardam em cofres tudo quanto tem escrito de esparso na sua múltipla colaboração jornalística e não há um dia em que pelo menos não receba dos confins da província ou dos bairros aristocráticos meia dúzia de cartas chamando-o de admirável. E nunca a sua túnica branca teve uma ruga desgraciosa, nunca nos seus períodos a elegância deixou de brilhar. Quando escreve, os jornais aumentam a tiragem com as suas crônicas, e o seu estilo impecável aureola de simpatia todos os assuntos; quando fala, as suas palavras admiráveis, talhadas como em mármore e diamante, lembram os jardins de Academos e as prosas sábias do cais de Alexandria, no tempo dos Ptolomeus. E todos sentem a fascinação do encanto — as turbas confusas e os homens inteligentes.

É o portador do espírito da Hélade. No portal da sua morada bem se podia gravar o misterioso enigma da *Antologia*: “Nasci no bosque sagrado e sou feito de ferro. Tornei-me o secreto depositário das musas e quando falo, intérprete e confidente único, ressoa o bronze eternamente.”

E, entretanto, há por vezes no seu sorriso uma irônica amargura, na sua voz, que se vela, a secreta tristeza de quem está resignado a não dizer grandes verdades necessárias, e na sua alma, destinada à aclamação, uma delicadeza, uma modéstia infinita. Dois escritores ele os lê diariamente, ou pela manhã antes de começar a trabalhar, ou à noite antes de dormir — Renan e Cervantes. A vida fê-lo vestir os ímpetos e a imensa paixão lírica no burel de uma suave ironia. Quem o lê pensa em Luciano de Samósata, no ridículo do herói manchego, no travo das fantasias desfeitas. Mas, de raro em raro, surgem, como a reivindicação das idéias generosas, as tristes e delicadas imprecações da sua prosa, e em conversa muita vez quando todos riem, um doloroso suspiro de cansaço e tédio passa no seu lábio, de todos despercebido. E é ainda essa alma esquisita que cora e se confunde, quando pela milésima vez numa tarde alguém se lembra de dizer que o acha incomparável.

Talvez, por isso, o poeta sensual dos amores imensos, o vate embevecido nas vozes das estrelas, aquele que durante vinte anos dera intenções e idéias à natureza e comentara com um piparote céptico as ações dos homens, curvou-se um dia para a vermina com o fulgor do seu espírito luminoso e resolveu protegê-la. Bilac hoje é um apóstolo-socialista pregando a instrução.

Todos os problemas da vida ele os pode encarar como Capus os trata nas suas peças. A instrução das crianças e o bem dos miseráveis preocupam-no seriamente. (RIO: 1907, p. 5)

O ano de 1865 já estava findando quando o “Príncipe dos Poetas Brasileiros” veio ao mundo. Seu nome completo é um perfeito alexandrino e, segundo o biógrafo Raymundo Magalhães Júnior, “interpretado por alguns como predestinação para as letras poéticas” (MAGALHÃES JR.: 1974, p. 7). De fato, Olavo Brás Martins de Guimarães Bilac foi reconhecido e admirado por todos como o maior poeta brasileiro de sua época, recebendo em vida todas as merecidas glórias. Além disso, engana-se, inclusive, quem pensa que os modernistas não o admiravam. Apesar da irreverência com que tratavam o poeta, nas palavras de Menotti Del Picchia, “discuti-lo era amá-lo” (PICCHIA: 2007, p. 15). Ruy Castro, em seu romance *Bilac vê estrelas*, na pequena biografia sobre o escritor-personagem, escreveu:

A escola poética que o teve como maior expoente no Brasil, o parnasianismo, foi o grande alvo da crítica dos modernistas de 1922, embora eles reconhecessem o valor de Bilac. Mário de Andrade, na época, classificou-o de “o malabarista mais genial do verso em português”. E, na década de 1910, Oswald de Andrade vinha frequentemente ao Rio render-lhe homenagem. (CASTRO: 2004, p. 148)

Olavo Bilac nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a Corte, no dia 16 de dezembro. No ano anterior, 1864, havia iniciado a Guerra do Paraguai, conflito no qual Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança para juntos lutarem contra aquele país do interior da América do Sul e cujo governante — Solano López — buscava uma saída para o mar, disputando com os outros três um domínio sobre a navegação nos rios Paraná e Paraguai. Naquela época, a família do Dr. Brás Martins dos Guimarães Bilac vivia em um modesto sobrado localizado na antiga Rua da Vala — recém rebatizada Rua Uruguaiana⁸ — esquina com Rua do Ouvidor.

Olavo passou parte da infância sem a presença do pai, que também não presenciou seu nascimento. Meses antes, o Dr. Brás partira para o campo de batalha como médico. Retornou apenas em 1870, com o fim da guerra, quando Olavo contava quatro anos de idade.

Desejoso de que seu filho seguisse a sua carreira, o médico preocupou-se em dar a Olavo a melhor educação possível. Aos 14 anos de idade, ele era um prodígio

⁸ Em 1865, durante a Guerra do Paraguai, diante de Pedro II e dos presidentes da Argentina e do Uruguai, as tropas paraguaias que se encontravam na Província do Rio Grande do Sul se renderam na Cidade de Uruguaiana. Em comemoração ao cerco e restauração da cidade gaúcha, a Rua da Vala foi rebatizada Rua Uruguaiana. O antigo nome foi dado ao logradouro em função de uma vala aberta, no início do século XVII, pelos freis do Convento de Santo Antonio, para escoar as águas que transbordavam da Lagoa de Santo Antonio, levando-as até ao mar. A vala foi, durante muito tempo, o limite da zona urbana da cidade, além dela era o campo, onde se erguiam as chácaras. Com o crescimento do campo, começaram a ser colocadas pontes sobre a vala, para facilitar a passagem.

na tenra adolescência. Naquela época, a idade mínima para ingressar em cursos superiores era 18 anos. Segundo Magalhães Jr., porém, era comum que rapazes precoces, a título excepcional, fossem matriculados em cursos superiores, “mediante autorização do Poder Legislativo, referendada pelo imperador” (MAGALHÃES JR.: 1974, p. 18). Foi assim que, correspondendo aos anseios do pai e a contragosto seu, ele ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em 1883, Bilac publicou seu primeiro verso em um periódico: a *Gazeta Acadêmica*, uma folha organizada pelos estudantes da Faculdade de Medicina e que tinha Bilac como um de seus redatores. Sua participação, porém, não se resumiu aos versos e à sala de redação, visto que ele também escreveu artigos para o jornal.

Apesar de não ter dificuldades nos estudos, tendo sido, inclusive, nomeado preparador de fisiologia, Bilac não se sentia em nada atraído pela medicina. Nas palavras do biógrafo Fernando Jorge, “o micróbio da literatura” já o havia atacado e ele tinha “mais prazer em conversar sobre Théophile Guatier, Baudelaire, Leconte de Lisle, Alfred de Musset, Théodore de Banville, François Coppé, do que tecer considerações a respeito da fisiologia do trato digestivo” (JORGE: 2007, p. 44).

Quando o Dr. Brás e sua família se mudaram para o subúrbio do Engenho Novo, Bilac viu-se distante da efervescência do centro da cidade e, conseqüentemente, do velho casarão da Rua da Misericórdia, onde se situava a Faculdade de Medicina. Para evitar as longas viagens e também porque a cada dia se tornava mais atraído pelo requinte e pela elegância da Rua do Ouvidor e pela vida boêmia, “ele preferia ficar no centro, dormindo nas ‘repúblicas’ dos colegas ou passando as noites na ‘Maison Moderne’, célebre café-concerto da época” (JORGE: 2007, p. 52).

Ainda nos tempos da Faculdade de Medicina, Bilac fez algumas amizades que, de alguma forma ou de outra, acabaram exercendo certa “influência” em sua vida literária. Entre esses amigos estavam Artur de Oliveira, Alberto de Oliveira e Paula Nei.

Como se sabe, para os escritores da época — poetas ou não —, o jornal era o principal veículo de divulgação de suas obras. Ter um poema publicado em uma página ou um romance no folhetim era um passo para fama. Obviamente alguns periódicos tinham mais prestígio do que outros. Segundo Néelson Werneck Sodré, a *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875 por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, em apenas sete anos já havia se tornado “o melhor jornal da época”

(SODRÉ: 1998, p. 245). Era diferente dos demais em vários aspectos: “moderno, de espírito adiantado”, com caricaturas diárias, entrevistas e reportagens fotográficas e fornecendo ampla informação (cf. JORGE: 2007, p. 51); seus exemplares eram vendidos avulsos, enquanto os de outros só o eram por assinatura; seu preço era acessível às massas, um exemplar custava 40 réis (cf. SODRÉ: 1999 p. 224). Nas palavras de Bilac, a folha era também, no início da década de 1880, “o único jornal que acolhia e prezava a literatura” (BILAC: 1997, p. 716). Cabe ainda destacar que, entre seus colaboradores mais famosos, estavam Machado de Assis e Eça de Queiroz, além de Alberto de Oliveira, amigo de Bilac.

Olavo não era diferente dos jovens literatos de sua juventude. Também ele alimentava o sonho de fazer parte da *Gazeta*. Por esse motivo, invejava seus colaboradores regulares, segundo nos revela em *Ironia e Piedade*, coletânea de crônicas selecionadas por ele e publicadas em 1916:

Escrevendo este nome [Ferreira de Araújo], revivo muitos anos da minha mocidade. Este nome e estas velhas laudas vêm lembrar-me o tempo em que, desconhecido e feliz, com o cérebro e o coração cheio de esperanças e de versos, eu parava muitas vezes, naquela feia esquina da travessa do Ouvidor, e quedava a namorar, com olhos gulosos, as duas portas estreitas da velha *Gazeta*, que, para minha ambição literária, eram as duas portas de ouro da fama e da glória. (...) escrever na *Gazeta*; ser colaborador da *Gazeta*; ser da casa, estar ao lado da gente ilustre que lhe dava brilho, — que sonho! (BILAC: 1997, p. 715).

Para Fernando Jorge, Olavo “alimentava mais o desejo de tornar-se colaborador da *Gazeta* do que vir a ser um médico conceituado, dono de larga clientela” (JORGE: 2007, p. 51). Não era o dinheiro que o fazia sonhar com a folha — a quem tratava como uma “linda rapariga” — e sim a ideia de ver seu nome consagrado em suas páginas.

É digno de destaque o fato de que, pelas mãos do amigo Alberto de Oliveira, Bilac teve a alegria de ver seu soneto “A sesta de Nero” publicado na primeira página da *Gazeta de Notícias*, na edição de 31 de agosto de 1884. Em suas próprias palavras:

Nunca esquecerei, em cem anos que viva, a manhã do ano de 1884, em que vi um dos meus primeiros sonetos na primeira página da *Gazeta*. Doce e clara manhã! — talvez fosse, realmente, uma agreste manhã, feia e chuvosa, mas a minha alegria, o meu orgulho de rimador novato, a minha vaidade de poeta impresso eram capazes de acender um sol de verão na mais nevoenta alvorada de inverno... (BILAC: 1997, p. 716).

A publicação de “A sesta de Nero” na *Gazeta de Notícias* trouxe a possibilidade de colaboração em outros periódicos, mas isso só aconteceu no ano seguinte, pois Olavo, no segundo semestre de 1884, teve que se dedicar aos exames da Faculdade de Medicina. De acordo com a extensa pesquisa realizada sobre esse autor por Antonio Dimas, no ano de 1885, Olavo colaborou em quatro periódicos: *Diário de Notícias*, *Gazeta de Sapucaia*, *A Estação* e *A Semana*. Contudo, o pesquisador informa em seu relevante trabalho — *Bilac, o jornalista* — que a colaboração de Bilac nos três primeiros não foi por ele confirmada em sua pesquisa, e sim informada por seus biógrafos (cf. DIMAS: 2006, v. 2, p. 573).

Segundo Magalhães Júnior, o primeiro soneto de Bilac publicado em *A Estação*⁹ foi “Vox Dei”, em 30 de setembro de 1885 (MAGALHÃES JR.: 1974, p. 41). Porém, foi com o soneto “Fiat Lux” que o autor conquistou o periódico *A Semana*¹⁰. Sua colaboração nessa folha, que teve a poesia como gênero preferencial, se estendeu até 1894, tendo sido interrompida entre os anos de 1889 e 1893 (cf. DIMAS: 2006, v. 2, p. 573).

O ano de 1886 pode ser considerado por muitos admiradores da poesia bilaquiana como o da sua verdadeira consagração como poeta. Isto porque, em 31 de julho, foi publicado em *A Semana* aquele que talvez seja o seu soneto mais famoso: “Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo”. Com isso, finalmente a porta da fama estava aberta, todavia, outra lhe foi fechada.

Em 1886, Olavo decidiu abandonar os estudos de medicina com a intenção de ingressar na Faculdade de Direito, em São Paulo. Obviamente, o Dr. Brás não aprovou a decisão do filho e muito menos concordava com seu comportamento boêmio naquela época. Segundo Fernando Jorge, para o médico, poeta “era sinônimo de indivíduo madraço” (JORGE: 2007, p. 55) — em outras palavras, alguém que não trabalha, nem estuda. O biógrafo relata, “baseado na narrativa que Henrique Orciuoli fez em seu livro sobre Bilac”, o episódio em que Olavo foi expulso de casa pelo pai, após chegar alcoolizado à sua casa, já de madrugada, e acompanhado de Paula Nei. Sem saber para onde ir, o jovem buscou auxílio com o

⁹ *A Estação* era uma revista de modas editada pela casa Laemmert e que circulou entre 1879 e 1904. Nela Machado de Assis publicou contos, poemas e, entre os anos de 1886 e 1891, o romance *Quincas Borba*, — publicado em volume pela Garnier, Rio de Janeiro, no mesmo ano de 1891, com substanciais diferenças com relação aos folhetins. A revista, que tinha o subtítulo *Jornal ilustrado para a família*, teve entre seus redatores o dramaturgo Artur Azevedo. (cf. MAGALHÃES JR.: 1974, p. 41; CRESTANI: 2008, p. 345 e MEYER: 1993, p. 98).

¹⁰ O periódico *A Semana*, fundado em 1885 e dirigido por Valentim Magalhães, era o veículo dos jovens escritores da época, além de fazer propaganda abolicionista e republicana.

próprio Paula Nei, que o acolheu em seu quarto de pensão (cf. JORGE: 2007, p. 55-56).

Além do fato de não ter vocação alguma para medicina, outro motivo que o levou a trocar esse curso pelas leis foi seu amor pela irmã do amigo Alberto de Oliveira, Amélia. Olavo sabia que só poderia conquistar a aprovação da família de um compromisso¹¹ com a moça se tivesse ao menos um anel e um canudo de bacharel. Desejava, também, mostrar ao seu pai que não precisava ser médico para ser alguém na vida.

Bilac mudou-se para São Paulo em abril de 1887, onde freqüentou como ouvinte as aulas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Destaque-se que, para os homens de letras da época, a carreira de advogado era a única opção (cf. COSTA: 2005, p. 49). Para sustentar-se, escrevia no *Diário Mercantil* e na *Vida Semanária*; além disso, continuou a colaborar em *A Semana* (cf. BUENO: 1996, p. 70). Mas ele não nascera para nenhuma das profissões imperiais — medicina, engenharia e direito — e não tardou em abandonar o estudo das leis e voltar para o Rio de Janeiro, em 1888.

Coelho Neto, em seu romance “autobiográfico” *A Conquista*, publicado em 1899, narra seu primeiro encontro com Olavo Bilac. Nele o escritor adota o pseudônimo Anselmo. O diálogo entre os dois, e o amigo em comum Freitas, é reproduzido *ipsis verbis* pelo biógrafo Fernando Jorge, que esclarece:

Octávio Bivar é o pseudônimo transparente que ele (Coelho Neto) usou para encobrir a figura do poeta (Bilac). Quanto ao caráter autêntico deste livro (*A Conquista*), podemos apresentar o depoimento de Humberto de Campos, (...), pois (...) era amigo íntimo de Coelho Neto: “(...) é um capítulo da vida do autor; porque nele figuram os homens de letras mais ilustres de seu tempo, os quais atravessam, sob nomes mal disfarçados, (...)” (*Crítica*, 2ª Série.) Consulte-se, a este respeito, o livro que Paulo Coelho Neto publicou em 1942 sobre seu pai. (JORGE: 2005, p. 70-71)

Dessa obra, dois diálogos são dignos de reprodução. No primeiro deles, Olavo, após ter recitado um de seus poemas, fornece sua opinião sobre prosa e poesia. No segundo, após ter dito a Coelho Neto que não trabalhava em jornais, ele

¹¹ Olavo e Amélia ficaram noivos em dezembro de 1887. O noivado foi rompido em março do ano seguinte, por ordem do irmão mais velho de Amélia, José Mariano, que havia se tornando o chefe da família com a morte do pai. Apesar de considerar Olavo um rapaz de talento, “Juca”, como era chamado pelos familiares, achava que a vida boêmia que o noivo gostava de levar era prova suficiente de que não servia para esposo de sua irmã. (cf. JORGE: 2005, p. 117-122)

aconselha o novo amigo, que acabara de entrar para a *Gazeta da Tarde*¹², a não fazer notícias e manter-se artista.

Restituamos brevemente o contexto: Freitas, Anselmo e Bivar estão no Gambrinus, uma desconhecida taberna. Após o poeta declamar “O Julgamento de Frinéia”, segue-se o seguinte diálogo:

- Soberbo! — exclamou o Freitas reclamando mais cerveja. Anselmo ficou algum tempo a olhar o poeta, sem dizer palavra, arroubadado.
- Agora, o senhor: recite-nos alguma coisa.
- Isto não faz versos, disse, com desprezo, o Freitas. É só prosa chilra.
- Faz muito bem. A prosa; se não tem a nobreza do verso, é mais ampla; o pensamento move-se livremente no período sem os apertos da métrica, sem a preocupação monótona da rima. A prosa! A excelsa prosa! Não imagina como eu amo a prosa, acho-a até mais difícil do que o verso. A prosa marmórea de um Flaubert, de um Saint-Victor... oh!
- Preferes, então, a prosa ao verso?
- Prefiro.
- E por que não fazes, de preferência, prosa?
- Hei de fazê-la.
- Ora, qual!
- Hás de ver.
- Tu és poeta e hás de ser sempre poeta, quer queiras, quer não.
- De acordo, mas poesia não quer dizer rima, poeta não é o que faz estrofes. Há por aí muito animal que faz versos impecáveis e que tem tanto de poeta como eu tenho de cantor de árias. A estrofe é um excipiente, é um meio de expressão, é a plástica. O sentimento é tudo. (COELHO NETO: 1899, p. 107)

Freitas se despede de Anselmo e Bivar. Os novos amigos decidem dar uma volta pela cidade. Quebrando o silêncio, Anselmo pergunta a Bivar em que jornal ele trabalha e obtém a seguinte resposta:

- Eu? Não trabalho em jornais. Considero a imprensa uma indústria intelectual. Entra a gente para o jornalismo com um bando de idéias originais e retalha-as para o varejo do dia a dia. Quando vejo um poeta ou um prosador a fazer notícias, tenho piedade. (...) Eu, se me metesse a fazer notícias, enlouquecia. Sinto-me incapaz, a local aterra-me. Tentei, uma vez, redigir a mais simples das notícias: um caso banal de polícia. Pois, meu amigo, saiu-me um substancioso artigo político. Quem pode compor um período perfeito numa sala de redação, interrompendo-se, de instante a instante, para acudir à reclamação de um sujeito que pede providências contra a falta d'água? É hediondo!
- Pois eu vou trabalhar na *Gazeta*.
- Vai escrever crônicas...
- Não sei ainda.
- Não faça notícias; a notícia embota. Ataque as instituições, desmantele a sociedade, conflagre o país, excite os poderes públicos, revolte o comércio, assanhe as indústrias, enfureça as classes operárias, subleve os escravos, mas não escreva uma linha, uma palavra sobre notas policiais, nem faça reclamos. Mantenha-se artista: nem escriba nem camelote. (COELHO NETO: 1899, p. 108)

¹² Jornal diário e abolicionista, comprado por José do Patrocínio, em 1881, após a morte de seu dono, Ferreira de Meneses.

Bivar acrescenta que um homem de talento não deve se render aos caprichos do dono do jornal, que apenas quer explorá-lo, sem lhe dar o devido crédito, pois isso seria um suicídio. Para o poeta:

O livro fica, o jornal passa e raramente deixa vestígio. O artigo do dia mata o artigo da véspera, a opinião de hoje prevalece, a de ontem morre, mas com o artista consciencioso, não. Demais, meu amigo, egoísmo antes de tudo: o jornal é o redator político, o mais... que vale? Fica-se sempre à sombra, por mais que se faça. Não vale a pena. O trabalho de um ano no jornal não vale uma página requintada de um livro de Arte. (COELHO NETO: 1899, p. 109)

Anselmo, então, quer saber o que fazer. A isso, Bivar responde:

- Escreva livros.
- Para quê, se não há quem os edite?
- Escreva contos, fantasias, crônicas.
- Não pagam. Fazem ainda grande favor quando os publicam.
- Pois, meu amigo, que me venham pedir versos ou prosa de graça. Quer saber? Os culpados da depreciação literária são os próprios literatos: Alencar vendia os seus romances ao Garnier por quatrocentos mil réis. Quantas edições tem *O Guarani*? Está ainda na primeira e é conhecido em todo o Brasil. O editor fez com o romance o milagre de Tiberiade: multiplicou-o. Se houvesse fiscalização a coisa seria outra. (COELHO NETO: 1899, p. 109)

Aparentemente, Coelho Neto seguiu o conselho do novo amigo, pois escreveu mais de cinquenta livros. Por outro lado, Bilac rendeu-se ao jornal, profissionalizando-se como jornalista. Por toda a vida, ele acreditou na importância dos livros, principalmente para a formação de um povo. Contudo, era com o dinheiro do jornal e não do livro (mesmo tendo publicado verdadeiros *best-sellers* para a época) que pagava as suas contas no fim do mês e isso lhe permitia viver com certo luxo, a ponto, inclusive, de poder viajar mais de uma vez para a Europa (cf. COSTA: 2005, p. 48).

É digno de nota que, em seu caso, a profissionalização não significou a submissão à vontade do dono do jornal ou da revista. Em um de seus ensaios sobre Bilac, o professor Antonio Dimas tece algumas considerações sobre Sarcey (1827 – 1899), figura que dominou na França a crítica de teatro na segunda metade do século XIX. Segundo o estudioso, Bilac sentia-se atraído pela firmeza profissional do crítico francês. As palavras que Dimas escreve sobre o pensamento de Sarcey bem podem ser utilizadas para mostrar a opinião de Bilac com relação ao profissional de letras — escrevesse ele prosa ou verso, em jornais, livros ou revistas:

Se lhe era garantido acesso a um veículo onde expunha, toda semana, seu ponto de vista profissional, nada mais justo que o remunerassem pelas mesmas opiniões que lhe haviam assegurado a respeitabilidade intelectual. Afinal, tinham sido elas as responsáveis pelo convite e era por causa delas que o público, com certeza, haveria de procurar pelo jornal que as estampasse. (DIMAS: 2006, p. 136)

No mesmo ensaio, Dimas nos fala sobre as reivindicações feitas por Bilac para que as atividades intelectuais tivessem um amparo legal, citando como exemplo uma crônica de janeiro de 1897, publicada em *A Bruxa*, na qual o cronista “denuncia a voracidade dos editores estabelecidos no Brasil” (cf. DIMAS: 2006, p. 136). Crítica semelhante já foi mencionada anteriormente, quando reproduzimos o diálogo entre Bilac e Coelho Neto.

Importa ainda mencionar que, em 1904, o jornalista e escritor João do Rio decidiu satisfazer a curiosidade do público sobre o que pensavam os literatos da época, por muitos considerados ídolos. A enquete, feita com vários escritores, foi publicada em 1904, na *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, fez parte da coletânea *O momento literário*, publicada em 1907. Entre as várias perguntas feitas pelo entrevistador, a que mais interessa aos propósitos de nossa investigação é: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”.

Abrindo a série, está a entrevista com Olavo Bilac. Se, quando jovem, o poeta afirmara ao amigo Coelho Neto que “um homem de talento que se mete em jornais suicida-se” (COELHO NETO: 1889, p. 109), anos depois, em 1904, ele declarava:

O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal — porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; (...) Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinqüenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê — visto o prestígio representativo gozado pelo jornalista. E por que não lê? Porque não sabe! (...) Há hoje mais um milhão de analfabetos que em 1890! E digam depois que não é preciso criar escolas e difundir a instrução. Um povo não é povo enquanto não sabe ler. Admiras-te dessa minha transformação? O poeta, que ama as cigarras e os *flamboiants*, o sonhador, que em tudo vê a poesia, batendo-se por um grave problema social!... Ah! meu amigo! Para mim esta é a última etapa do aperfeiçoamento, e o jornalismo é um bem.

(...)

Oh! sim, é um bem. Mas se um moço escritor viesse, nesse dia triste, pedir um conselho à minha tristeza e ao meu desconsolado outono, eu lhe diria apenas: Ama a tua arte sobre todas as coisas e tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento! (RIO: 1907, p.6-7)

Nesta entrevista, Bilac demonstrou toda sua preocupação com a educação no Brasil. Não é de se admirar que o poeta e cronista se tornasse um grande entusiasta das reformas modernizadoras de Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, durante o governo de Rodrigues Alves.

Não é demais observar que os ideais republicanos de ordem e progresso sempre estiveram presentes no pensamento de Olavo Bilac. A esse respeito, lembremo-nos de que ele escreveu a letra do Hino à Bandeira Nacional (1906), cujos versos enunciam:

I.
Salve lindo pendão da esperança!
Salve símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.

Refrão:
Recebe o afeto que se encerra
em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

II.
Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.

(Refrão)

III.
Contemplando o teu vulto sagrado,
Compreendemos o nosso dever,
E o Brasil por seus filhos amado,
poderoso e feliz há de ser!

(Refrão)

IV.
Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor!

(Refrão)

Os versos de Olavo Bilac são uma mostra de seu patriotismo, além, é claro, da sua maestria poética. A título de curiosidade, acrescentamos que o hino foi composto, em parceria musical com Antonio Francisco Braga, a pedido de Pereira Passos, então prefeito do Distrito Federal.

Anos antes, porém, ainda nos primeiros anos da jovem República, ele não se furtou a criticar as atitudes autoritárias de Floriano Peixoto, que havia assumido a presidência da República após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Sua atuação política como jornalista na época levou-o à prisão, em 1892, por quatro meses, na Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, e, no ano seguinte, ao “exílio” em Minas Gerais, onde permaneceu até 1894.

Bilac colaborou, ao longo de sua carreira jornalística, em vários periódicos — jornais e revistas — do Rio de Janeiro e de São Paulo. O pesquisador Antonio Dimas leu e sumariou cerca de mil e seiscentas crônicas da autoria do poeta (cf. DIMAS: 2006, v.2, p. 461). Em 1908, Bilac encerrou sua carreira jornalística, passando a dedicar-se — até sua morte, em 1918 — a campanhas cívicas e conferências.

Dos jornais para os quais colaborou, a *Gazeta de Notícias* foi a folha que mais contribuições recebeu. Foi também nesse periódico de grande prestígio que Bilac substituiu, em 1897, aquele que até então — e podemos dizer até hoje — era o maior romancista brasileiro e cronista de grande prestígio na época: Machado de Assis. Em crônica de 1903, sobre o periódico, Bilac deixou registradas as seguintes linhas sobre o Bruxo do Cosme Velho:

(...) Machado de Assis, um nababo egoísta, que, um belo dia, ali por volta de 1897, meteu dentro de um saco as luzes e os perfumes, as estrelas e as rosas que costumava espalhar por essa seção, e levantou acampamento, obrigando o leitor, habituado ao licor precioso do seu estilo, a contentar-se com a água chilra do meu. (BILAC: 1996, p. 59)

Nas palavras de Antonio Dimas, “ao contrário de seu antecessor na *Gazeta de Notícias*, Bilac não titubeava em opinar sobre os mais diversos assuntos que interessassem diretamente à organização da sociedade civil” (DIMAS: 1996, p. 15). De fato, em sua coluna, Bilac escreveu sobre os mais variados temas e, quando, em sua opinião, necessário fosse, atacou a sociedade em que vivia. O cronista deixou de lado a “pompa e circunstância” do parnasianismo, e produziu crônicas de grande leveza, fácil compreensão e, muitas vezes, com alto cunho didático.

Bilac também colaborou em outro periódico de significativa importância: a revista ilustrada *Kosmos: Revista Artística Científica e Literária*. O primeiro número saiu em janeiro de 1904, no ano seguinte ao início das reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos para modernizar e embelezar o Distrito Federal, e um dos

principais órgãos de divulgação do novo tipo de sociedade que se desejava. Era uma publicação mensal muito bem cuidada, com elegante acabamento, nos moldes modernos dos semanários internacionais. Além de manifestações artísticas e literárias, a revista continha crônicas e reportagens sobre eventos sociais da elite endinheirada da cidade do Rio de Janeiro. Era para essa elite que Bilac escrevia, bem ao gosto do senso comum, procurando mostrar a seu público-leitor um Rio de Janeiro que se modernizava para se transformar em vitrine do Brasil moderno — mesmo que não fosse possível igualar-se a Paris, que, na sua opinião, era inigualável.

Reiteremos: Bilac era apaixonado por Paris. A esse respeito, dizia-se que ele havia se contaminado pelo vírus da cidade-luz. Segundo Elias Thomé Saliba, em suas cartas e escritos privados, o poeta e cronista referia-se ao Brasil com mau humor. Acreditamos, porém, que ele nunca deixou de amar sua pátria. Em 1904, por exemplo, encontrando-se em Paris, escreveu uma carta a Coelho Neto, dizendo ter saudade “da porcaria, do mijo, da estupidez, do mexerico, da safadeza da pátria” (SALIBA: 2008, p. 341). Apesar disso, sonhava com um Rio de Janeiro limpo e civilizado como a Paris que tanto admirava.

Em crônica publicada em *O Estado de São Paulo*, em 20 de novembro de 1897, Bilac descreveu um sonho: havia aceitado ser prefeito do Distrito Federal e sua principal missão era limpar a cidade. Apesar de todo o empenho, a cidade crescia e ele, com auxílio de seus varredores, não conseguia se livrar do lixo e da poeira deixados pela administração passada. Convencido de que tal empreitada era humanamente impossível de ser realizada, pediu exoneração do cargo. Nesse momento, o cronista acordou (BILAC: 2006, v. 2, p. 233).

Segundo mencionamos na introdução deste trabalho, foi justamente a leitura dessa “crônica-sonho” que nos despertou o interesse em pesquisar e divulgar as idéias de um grande cronista, que, infelizmente, é muito mais lembrado nos dias de hoje, nas escolas e universidades, como o parnasiano Príncipe dos Poetas Brasileiros. Muito do que Bilac escreveu sobre sua “Sebastianópolis” ainda é, para tristeza nossa, uma grande verdade. E, apesar de afirmar que a crônica é passageira, mais de cem anos depois, o Rio de Janeiro, assim como o Brasil, ainda enfrenta os males por ele apontados. Suas crônicas, repletas de uma visão eufórica sobre reformas da cidade e modernização, podem muito bem serem vistas como uma “cartilha”. Elas foram o meio do qual o cronista se utilizou para tentar instruir o

seu público-leitor e fazê-lo acreditar no modelo republicano de ordem e progresso. Nelas, Bilac incluía noções de civilidade, higienização e sanitarismo, que deveriam acompanhar o movimento de urbanização pelo qual o Rio de Janeiro passava de modo a transformar-se em uma cidade digna do título de capital federal e vitrine do Brasil moderno.

3. SEBASTIANÓPOLIS: 1850 – 1910

Aquilo que a cabeça é para o corpo, o Príncipe para os seus súditos, o Céu para a Terra, uma cidade metropolitana é para seus bairros, assentamentos clandestinos, aldeias e distritos. A cabeça atua no sentido de conservar todos os membros e todas as partes do corpo atuam em harmonia para ocupar o carro-chefe. (...) Se as rendas das províncias se amontoam na capital, que é para elas o grande magazine público e geral, esta “mãe” não utiliza esses rendimentos para fazer o bem a todas as suas crianças? A capital recebe, mas também restitui. (MARIANI: 1986, p. 26)

Com sua beleza natural, o Rio de Janeiro é conhecido mundialmente como a “Cidade Maravilhosa”¹³. Contudo, o termo que acabou se consolidando com a marchinha de André Filho e que acabou se tornando o “hino oficial da cidade”, só passou a ser “verdadeiro” a partir do início do século XX. Antes disso, a cidade era vista como o “patinho feio” da América Latina. Seu aspecto de uma simples capital de colônia pouco mudou com a vinda da família real para o Brasil (1808) e a posterior independência política (1822). Suas ruas continuaram estreitas e sujas, o que dificultava a circulação de pessoas e mesmo de ar, o que favorecia a proliferação de doenças. As edificações — dentre elas os cortiços e muitas casas de cômodos — eram mal feitas. Apesar de ter sido a quinta cidade no mundo a adotar um sistema de coleta de esgoto modernizado, concluído em 1864 (cf. http://www.al.sp.gov.br/web/instituto/palestras/historia_Saneamento.pdf), as redes para abastecimento de água e esgotamento sanitário cobriam apenas os núcleos centrais urbanos e atendiam pequena parcela da população. Por esse motivo, a remoção de dejetos e de lixo era tratada de forma individualizada.

A cidade-capital do Império do Brasil era repleta de contrastes dividindo o mesmo espaço. De um lado, o cosmopolitismo; de outro, a barbárie — ambos

¹³ Esse adjetivo para a cidade do Rio de Janeiro foi dado pelo maranhense Coelho Neto, o “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”, escritor, jornalista, professor e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, como uma homenagem às belezas naturais da então capital federal. O epíteto apareceu pela primeira vez, em 1908, nas páginas do jornal *A Notícia*. (ver: <http://www.almacarioca.com.br/historia.htm> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_Maravilhosa).

podiam ser vistos num pequeno raio entre o que hoje é a Praça Mauá e a Avenida Beira-Mar — trecho que corresponde à atual avenida Rio Branco. A rua da Vala, atual rua Uruguaiana, cortava o luxo e o requinte da rua do Ouvidor, que também servia de palco para agitações populares. E bem no coração da cidade via-se ele, o morro do Castelo, com suas histórias sobre tesouros e sua imponência de local que abrigou o berço da cidade, mas que, desde fins do século XVIII, era visto como causa das epidemias que constantemente assolavam a capital — na opinião de um pensador desta época, o bispo de Elvas, o morro “não só impedia o arejamento das ruas, como atrapalhava a expansão e a comunicação da urbe” (KESSEL: 2008, p. 31-35). Além disso, esse mesmo espaço urbano central abrigava boa parte da população de baixa renda, que morava em habitações coletivas — cortiços e casas de cômodos, por exemplo — com péssimas condições de higiene e saneamento.

Esses contrastes também eram visíveis em acontecimentos e realizações. Na década de 1850, por exemplo, duas epidemias eclodiram na cidade: febre amarela, em 1850, e cólera-morbo, em 1855. No mesmo período, o rio Maracanã foi canalizado (1851); em 1854, muitas ruas da Candelária foram cobertas com paralelepípedos e, através de uma iniciativa de Mauá, a iluminação a gás foi inaugurada no Centro. Em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, e, no ano seguinte, foi instalada uma linha de veículos sobre trilhos, com tração animal, ligando a atual Praça Tiradentes ao alto da Tijuca (cf. BELLO: 2004). Apesar dessas realizações, o Rio de Janeiro continuava sendo uma cidade com feições coloniais: enlameada, maltratada e praticamente abandonada pelo poder público.

A emergente burguesia carioca acreditava que, com a República, o Brasil e, conseqüentemente, a capital federal, conseguiria romper com a apatia e a negligência do passado. Contudo, a mudança de regime, em 1889, mais de meio século após a emancipação, não trouxe, de imediato, significativas transformações para a cidade. O novo governo estava mais preocupado com a consolidação do regime republicano do que com a “aparência” da cidade.

Em 12 de setembro de 1893, quando a incerteza de que a cidade do Rio de Janeiro poderia perder sua condição de capital da República Federativa do Brasil já havia passado¹⁴, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac escreveu:

Falemos do teu livro, Anselmo Ribas¹⁵!

(...)

Obra de comércio, — pode ser. (...)

(...) podendo dizer do Rio de Janeiro todo o horror que dele pensar e penso, preferiste cercá-lo de uma auréola glorificadora, dando-lhe foros de capital viciosa e civilizada. Francamente, não espero que a capital federal — cidade péssima a que só faltava antes de 15 de novembro o horror de ter esse hediondo nome de capital federal — te agradeça o bem que lhe fizeste. (...)

Glorificaste a capital, Anselmo! O teu estilo não quis em boa hora roçar pelas poças de lama em que se atolam as ruas (...). Da nossa construção acanhada e feia, quiseste apenas dizer mal em meia dúzia de linhas. (...) (BILAC: 2006, v.1, p. 42-44)

A crônica segue com Bilac falando do fantástico banheiro que há no palacete do tio de Anselmo, descrito no livro, e se na “cidade houvesse um banheiro assim”, ele “não a trocaria por Paris nem por Londres.” Termina a crônica dizendo que, quando os habitantes de Tamanduá lerem o romance de Anselmo, eles terão vontade de visitar o Rio de Janeiro, porém, eles apenas encontrarão “uma cidade triste e mal cheirosa” (BILAC: 2006, v.1, p. 42-44).

No ano seguinte, 1894, chega ao fim a “tumultuada” República da Espada (1889–1894)¹⁶. O Brasil tem, então, o seu primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Moraes. As dificuldades financeiras herdadas dos governos militares e os gastos com a pacificação no sul, pondo fim à Revolução Federalista (1893–1895), não possibilitavam que o governo gastasse verbas com o embelezamento da cidade — por mais que se tivesse ciência e consciência de que isso era essencial.

Prudente de Moraes foi sucedido por Campos Sales (1898–1902). “Ardente defensor do federalismo de 1891” (MOTTA: 2004, p. 25), o novo presidente tratou de garantir uma harmonia entre a política dos estados e os interesses do governo federal. Em sua opinião, a capital federal não devia fazer política (essa função cabia aos estados). Foi implantada, então, a “Política da capital”. Nesse sentido, segundo nos informa Marly Motta, o governante cuidou de “controlar, com rédea curta, o

¹⁴ Durante os debates da Assembléia Constituinte responsável em elaborar a Primeira Constituição da República, promulgada em fevereiro de 1891, cogitou-se transferir a capital para o interior (MOTTA: 2004, p. 18-21).

¹⁵ Pseudônimo do escritor Coelho Neto, amigo pessoal de Bilac. O livro que é o assunto da crônica é *A Capital Federal, Impressões de um Roceiro*, romance de 1893.

¹⁶ Sobre o período da história republicana entre 1889 e 1910, ver: MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 2009, p. 551-602.

processo de participação e de representação política na capital federal” (MOTTA: 2004, p. 27). E mais:

Já no Palácio do Catete, Campos Sales resolveu intervir na cidade que, em vez de ser a capital da ordem, era, a seu ver, o lugar da anarquia, das manifestações espontâneas de multidões descontroladas, arredias ao controle do governo. Era preciso, a todo custo, abafar os “ecos da rua do Ouvidor”. Para tanto, Sampaio Ferraz, o famoso “Cavanhaque de Aço”, perseguidor dos capoeiras desde o primeiro governo republicano, aceitou o convite feito pelo presidente da República e voltou para a chefia da Polícia da capital federal. (MOTTA: 2004, p. 28).

A “Política da capital”, de certa forma, conteve a ameaça das agitações das multidões e manteve a elite política fluminense enfraquecida (cf. MOTTA: 2004, p. 25-29).

No entanto, conter a “paixão” política do Rio de Janeiro não era o único problema a ser resolvido pelos novos donos do poder (as oligarquias estaduais, especialmente as de São Paulo e de Minas Gerais¹⁷). A cidade tinha outro grave problema: ainda tinha ares coloniais. Suas ruas eram estreitas e sujas, não havia saneamento básico e a população vivia em péssimas condições de higiene, “amontoadas” em cortiços e velhos casebres, que se estendiam da beira do cais até os morros da Saúde e da Providência — o coração da cidade havia se tornado um grande foco de epidemias, principalmente febre amarela, varíola e peste bubônica. A situação era tão crítica que a capital do país recebeu o triste apelido de “túmulo de estrangeiros” (SEVCENKO: 2008, p.22). Leiamos a esse respeito:

Em 1895, 240 tripulantes da fragata “Lombardia”, em visita à cidade, caíram atacados pela febre amarela. Em uma semana, 144 deles morreram, inclusive o comandante da nave. Como chamar imigrantes (então política oficial de Estado retomada pelo regime de 1889), para virem para o Brasil com aquilo? (SCHILLING: s/data, disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2004/11/18/000.htm>)

O porto do Rio de Janeiro, na virada do século, era o “15º. porto do mundo em volume de comércio, superado no continente americano apenas por Nova York e Buenos Aires” (SEVCENKO: 2003, p.39). Contudo, esse intenso comércio era lento e dispendioso: os grandes navios da época não podiam ali atracar, o transporte entre o terminal portuário e os centros de distribuição das mercadorias era

¹⁷ Ver para maiores detalhes sobre a chamada “Política do café-com-leite”, a alternância entre paulistas e mineiros no comando da nação: LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.13-16.

dificultado pelas características coloniais da cidade — “ruelas estreitas, recurvas e em declive” (SEVCENKO: 2003, p. 40-41).

A cidade precisava de estrangeiros — como mão-de-obra e, principalmente, como investidores — e tudo, nesse momento, os afastava do Rio de Janeiro, os afastava do Brasil. Temia-se a morte por doenças infecto-contagiosas e as agitações populares. Cabe igualmente destacar que, segundo Voltaire Schilling, “ainda assim, qualquer ação mais enérgica terminou adiada. Na Bahia, o Conselheiro punha fogo no sertão¹⁸, e com isso, por um tempo, foram-se os recursos da república” (SCHILLING: s/data, disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2004/11/18/000.htm>).

O Rio de Janeiro carecia de reformas! Precisava urbanizar-se e transformar-se numa cidade moderna e inserida no contexto do mundo capitalista de então. O aspecto colonial da cidade não condizia com os ideais de ordem e progresso ao qual o novo regime estava associado: a República traria o progresso e progresso era sinônimo de civilização. A cidade precisava civilizar-se, em especial o seu centro, seu coração — a *city*.

Quando Rodrigues Alves assumiu a presidência¹⁹, em 1902, o país havia alcançado uma relativa estabilidade político-econômica e, portanto, o presidente encontrou “o campo livre para construir a ‘capital dos sonhos’ para a República que enfim se consolidava” (MOTTA: 2004, p. 29). Dessa forma, centrou suas atenções no programa de remodelação urbana e de saneamento da capital da República, numa verdadeira cruzada contra tudo que fizesse lembrar os tempos de colônia.

A escolha do prefeito da capital federal era prerrogativa do presidente da República, que nomeou o engenheiro Pereira Passos para ocupar o cargo. O novo governante do Rio de Janeiro recebeu plenos poderes para a implementação das reformas de modernização da cidade.

Em conjunto com o governo federal, as obras iniciaram-se em 1903 e as principais foram a ampliação do porto e a construção de novas avenidas, em especial a avenida Central e a avenida do Mangue, que ficaram a cargo dos engenheiros Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. A cidade se transformou em um

¹⁸ Guerra de Canudos: confronto ocorrido no interior da Bahia entre o Exército e os habitantes do Arraial de Canudos, integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897. Para maiores informações, ver: MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 2009, p. 606-610).

¹⁹ Para mais informações sobre o governo Rodrigues Alves: LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 53-67.

verdadeiro canteiro de obras. Velhos casarões coloniais e cortiços foram demolidos e até uma pequena parte do morro do Castelo foi derrubada. Coube à população apelidar as reformas urbanísticas de “bota-abaixo”.

Pereira Passos, com o fechamento do Conselho Municipal, por ordem do presidente modernizador, tornou-se o “prefeito-ditador”. Numa atitude tida por muitos como “quixotesca” — nas palavras de Bilac, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, em 03 de janeiro de 1903 — tratou de planejar parques e praças, abrir avenidas e ruas largas e modernas, iluminadas por lampiões elétricos, uma novidade vinda da Europa.

Admirador da “epopéia de Cervantes”, Bilac aconselhou o novo prefeito a agir como D. Quixote, sobre quem escreveu na mesma crônica: “D. Quixote não é um pobre maluco (...) é o ideal incontentado, é a febre, a ânsia, o desespero da Perfeição”. Para o cronista, Sancho Pança era “apenas o Bom Senso (...) [e este era] a prudência, a cautela, (...) mas também (...) o ódio do progresso” (cf. BILAC: 2006, v. 1, p. 524). Encorajando o governante, Bilac acrescentou:

D. Quixote é o Ideal. Se ele se não tivesse, de quando em quando, metido a reformador, não haveria a estrada de ferro, a lâmpada elétrica, o telégrafo, a máquina a vapor; não haveria a *Divina Comédia*, os dramas de Shakespeare, a *Legenda dos Séculos*. O ideal pode ser, às vezes, a precipitação, a imprudência, a loucura: mas é sempre o progresso, a invenção, a beleza, a iniciativa, o desejo da perfeição.

Sancho Pança deixaria o Rio de Janeiro no estado atual; D. Quixote cumpriria o programa apócrifo que o próprio *Jornal do Comércio* renegou.

D. Quixote foi o Barão de Haussman que reformou Paris; D. Quixote foi o Marquês de Pombal que das cinzas de uma Lisboa medonha arrancou uma Lisboa airosa; D. Quixote foi o grande Alvear que criou Buenos Aires! D. Quixote foi o espírito *yankee* que em menos de um século encheu de cidades maravilhosas todo o território dos Estados Unidos...

(...)

Mais vale ser D. Quixote, e morrer apedrejado, empalado, queimado vivo, enforcado e estraçalhado por ter amado a limpeza e a beleza, do que ser Sancho Pança, e morrer de velhice por ter respeitado o preconceito e por ter amado o atraso.

Pelo amor de Deus, Sr. Dr. Passos! Seja o D. Quixote... e não tenha medo das sovas! (BILAC: 2006, v. 1, p. 525)

Marco do projeto urbanístico implementado, a avenida Central — idealizada para representar a modernidade do novo século — tornou-se o cartão-postal da cidade. Sua beleza podia ser comprovada em “suas fachadas *art nouveau*, feitas de mármore e cristal, seus modernos lampiões a luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa” (COSTA e SCHWARCZ: 2000, p. 28).

No entanto, a reforma da cidade, o “bota-abaixo”, gerou um forte movimento de segregação, o qual teve o apoio da burguesia, interessada em expulsar da *city* as tão indesejadas classes populares. Além de reformar e embelezar a cidade, o

prefeito-ditador também cuidou de modificar os hábitos do povo, regulamentando novas posturas públicas²⁰. Proibiu-se o comércio ambulante e a venda de alimentos em quiosques (e os próprios quiosques); coibiu-se a venda de bilhetes de loterias pelas ruas e no interior dos bondes e dos fogos de artifício. Os balões e as fogueiras, assim como o carnaval e a capoeira foram “transferidos” para áreas — como a Praça XI, por exemplo — onde alguns desses hábitos “sujos” do espaço urbano poderiam ser praticados.

Todavia, enquanto as classes populares viam-se obrigadas a “civilizar” seus hábitos, as elites se europeizavam. Para “fazer a avenida” (passear pela avenida Central), era necessário saber se vestir adequadamente — de preferência com roupas importadas da Europa ou fabricadas com tecidos vindos do velho continente.

Todas essas medidas iam ao encontro dos donos do poder — a oligarquia paulista do café, de quem Rodrigues Alves era representante. Entretanto, esse grupo — assim como a burguesia industrial, que começava a despontar como força econômica no país — tinha outro problema a resolver: o saneamento da cidade. Além de vergonha nacional, as condições sanitárias da capital federal impediam a chegada de investimentos, maquinaria e mão-de-obra estrangeira. Por essa razão, o projeto sanitário deveria ser executado a qualquer preço.

Dessa forma, para que o Rio de Janeiro finalmente se tornasse a vitrine do Brasil moderno, restava ainda sanear a cidade, acabando com as epidemias. Com a finalidade de resolver o problema, o cientista e médico sanitário Oswaldo Cruz foi convocado para o cargo de diretor-geral de Saúde Pública. Enfrentando imensas dificuldades, em especial a ignorância da população — desorientada em função de tanta obra, pois não compreendia que era necessário destruir para construir, e incapaz de compreender as necessidades das medidas higienistas a serem adotadas —, Cruz impôs à população a obrigatoriedade da vacina contra varíola. Sua decisão foi tomada como “pretexto” para uma revolta que assolou o Rio de Janeiro, colocando a cidade em pé de guerra — a Revolta da Vacina²¹.

O governo, assim como o sanitário, não cedeu à resistência popular. A revolta foi sufocada, a vacinação permaneceu sendo obrigatória e medidas

²⁰ Sobre o Código de Posturas imposto durante o governo de Pereira Passos, ver MENEZES, Elená Medeiros de. *Em busca do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais* (Rio de Janeiro, 1902–1906). Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/menezes.htm>.

²¹ Para mais informações sobre esta revolta, ler: SEVCENO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

sanitárias continuaram a ser tomadas. Dois anos depois, apesar de todos os transtornos, a cidade estava livre das epidemias e Oswaldo Cruz passou de “louco-pervertido” — o exterminador de mosquitos que queria aplicar uma vacina em partes do corpo feminino consideradas “impróprias” para visão alheia — a herói.

E assim, em 1910, o Rio de Janeiro era uma nova cidade. Era a “Paris” brasileira e Pereira Passos — o prefeito do “bota-abaixo” — transformou-se na verdadeira reencarnação de Georges-Eugène Hausmann, responsável por uma profunda cirurgia urbanística em Paris, ainda no século XIX, e que se tornou símbolo da modernidade capitalista da *belle époque*. Finalmente, após duas décadas de governo republicano, a cidade reassumia o papel de vitrine e espelho da nação que costuma caber às cidades-capitais e talvez não seja exagero dizer que a República tinha mudado de capital sem sair dela (cf. MOTTA: 2004, p. 29-30).



Avenida Central e Teatro Municipal. 1910. Foto: Marc Ferrez. 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Fonte secundária: José Inácio Parente/Patrícia Monte-Mór (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.70.

**4. VISÕES DE SONHO E DE REALIDADE:
SEBASTIANÓPOLIS NAS CRÔNICAS DE OLAVO BILAC**

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beije
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

(*Sonho Impossível*: J. Darion - M. Leigh -
Versão de Chico Buarque e Ruy Guerra /1972
http://www.chicobuarque.com.br/letras/sonhoim_p_72.htm)

4.1. O cronista e a cidade: Bilac e sua relação com Sebastianópolis

Olavo Bilac atuou como cronista por quase um quarto de século. Escreveu mais de mil e seiscentas crônicas sobre os mais diversos assuntos. Colaborou em alguns dos mais importantes periódicos — jornais e revistas — do Rio de Janeiro, a capital federal, e São Paulo; por exemplo, a *Gazeta de Notícias*, o *Estado de São Paulo* e a *Revista Kosmos*. Sua participação como homem de imprensa foi enorme, sendo um dos responsáveis pela profissionalização da função de cronista. Infelizmente, até hoje, quase cem anos após a sua morte, ele ainda é mais conhecido por sua poesia parnasiana, que lhe rendeu o título de Príncipe dos Poetas Brasileiros, do que por sua prolífera produção cronística.

Apesar da vida boêmia que levou durante muitos anos — fato que lhe rendeu certa fama “negativa” — e de ser acusado de estar “infectado pelo vírus de Paris”²², pois tinha a cidade-luz como modelo incomparável de civilização, não significa dizer que Bilac pouco se preocupava com sua cidade e seu país. Muito pelo contrário. Na verdade, por mais que achasse a sua cidade, o Rio de Janeiro — ou melhor, a sua Sebastianópolis —, imunda e pouco civilizada, ele a amava e acreditava ser possível a sua “regeneração”. Além disso, dedicou a ela várias de suas crônicas,

Em novembro de 1900, após voltar de Buenos Aires — viagem que havia feito como membro da comitiva do presidente Campos Sales —, Bilac escreveu na *Gazeta de Notícias*:

Quando leres isto, Sebastianópolis, não cubra com indignação a face, não dê punhadas de ira na cabeça, não te rojes no chão acoimando de ingrato este pobre filho sincero! *Ama-te ele assim mesmo, desleixada e feia*; nem todas as avenidas e todos os *boulevards* da Europa e da América poderão jamais ter para ele o encanto daquela triste esburacada rua da Vala²³ que ouviu os seus primeiros vagidos. Mas justamente porque tanto te ama, é que teu filho deve ter o direito de te dizer, entre dous beijos, que a vizinhança de Buenos Aires é uma vergonha para ti, adorada Sebastianópolis... (BILAC: 2006, v. 1, p. 383; grifo nosso)

No trecho acima, podemos notar o amor que o cronista sente por sua cidade, à qual ele se dirige, personificando-a como mulher, com todos os caprichos de uma

²² Na edição de 25-03-1891 do *Correio do Povo*, Artur Azevedo escreveu sobre Bilac, após o regresso deste de Paris: “O nosso poeta está seriamente intoxicado. Ingeriu pantagruélicas doses de ‘parisina’, a famosa bebida de que falava Charles Nodier, e agora não há volta a dar-lhe. Se ficar aqui a passear, entre o beco das Canelas e a rua da Vala, morre da pior das nostalgias, a nostalgia de Paris.”

²³ Atual Rua Uruguaiana, onde o cronista nasceu.

dama — afinal, ela é mãe! — da *belle époque*, que cobre a face como sinal de indignação. A despeito de todo esse amor, o devotado filho de Sebastianópolis não deixa de apontar seus problemas, tais como o desleixo com que é tratada pelos governantes, refletido, por exemplo, em ruas esburacadas.

Além disso, na época, Buenos Aires havia se transformado “na primeira cidade moderna e cosmopolita do continente sul-americano” (BENCHIMOL: 1992, p. 201). Por esse motivo, Bilac não era o único cronista a ver nas reformas ocorridas na capital argentina um exemplo a ser seguido: porto modernizado, grandes avenidas, longas ruas retas. Em síntese, a capital argentina era a nossa grande rival e, dentro do contexto sul-americano, importava superar o atraso para tornar-se a Paris tropical — sonho do cronista.



Charge sobre o Rio de Janeiro – Fonte: Dom Quixote, n° 69, 08/08/1896 - Biblioteca Nacional. Fonte secundária: Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.61.

A charge acima, de 1896²⁴, quatro anos antes da visita à capital argentina, representa a cidade do Rio de Janeiro como uma mulher “na lama”. Ao fundo vemos

²⁴ À época, o prefeito carioca era Francisco Furquim Werneck de Almeida, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que fora nomeado prefeito do Distrito Federal em janeiro de 1895 pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Em sua administração tentou dar ênfase às questões referentes ao saneamento da cidade. Foi exonerado do cargo em novembro de 1897, sendo substituído em caráter interino por Joaquim José da Rosa, que permaneceu no cargo apenas por alguns dias (Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/francisco_furquim.html).

Buenos Aires e Montevideu como mulheres “chics”, e a imagem do Pão-de-açúcar livre da sujeira.

Voltando à crônica de novembro de 1900, observamos que nela Bilac aponta as mazelas de sua Sebastianópolis. Sem meias palavras, de maneira firme e direta, ele descreve alguns dos problemas da cidade:

Não te irrites, Sebastianópolis! Não apinhes os lábios num muxoxo tolo! Não diga que tudo aquilo é luxo de gente arrebatada! Tu, que não tens luxo nenhum, estás tão arrebatada como a tua rival²⁵ (...) Não digas também que, em compensação, o teu progresso intelectual é maior! (...), *queres ter teatro nacional antes de ter escolas, queres ter arte, antes de ter esgotos...* A arte, velha e adorada Sebastianópolis, é a cúpula triunfal que coroa o edifício. Certo é uma grande glória para uma cidade ter (...) um jornalista como Patrocínio ou Rui Barbosa: mas bem pesadas e bem medidas as cousas, força é convir com a gente, *antes de dar um baile, deve mandar varrer a sala...* (BILAC: 2006, v. 1, p. 385; grifo nosso)

Nessa passagem, o cronista admite que sua cidade não tem luxo e deixa um questionamento em forma de crítica: de que adianta ter arte se não há escolas ou esgotos. Ele chama a atenção para o fato de que, quando damos um baile, devemos varrer a sala. Em outras palavras, na época em foco, o Rio de Janeiro é a sala — a entrada — do Brasil e é na sala onde o baile acontece, por isso, esse espaço deve estar sempre limpo e bem cuidado.

Em outra crônica do mesmo periódico, defendeu os cariocas, pois não era deles a culpa de não ter muito boas maneiras: “Decerto, o povo do Rio de Janeiro não é uma turbamulta de vândalos: se é um povo mal educado, é porque ainda não lhe quiseram dar educação” (BILAC: 2006, v. 1, p. 461).

Para os propósitos de nossa investigação, cabe ainda enfatizar que, sempre que o momento era propício — lembremo-nos: a crônica é “filha” do seu tempo —, o autor dedicava as linhas de suas crônicas a assuntos que julgava ser de interesse da cidade e, por que não dizer, do país (não nos esqueçamos de que o Rio de Janeiro era a “cabeça” da nação brasileira naquele tempo).

Nosso objetivo aqui é justamente analisar algumas dessas crônicas, tentando mostrar sua riqueza literária e linguística bem como a maneira um tanto ou quanto didática de que o cronista se utilizou para colaborar com o processo de implantação definitiva da ordem e do progresso em sua cidade — este último, em seus aspectos material e moral. Entusiasta das reformas que foram realizadas na cidade no início

²⁵ No caso, Buenos Aires.

do século XX, Bilac, como se pode afirmar, foi o representante maior do lema “O Rio civiliza-se”.

O principal veículo utilizado pelo cronista para realizar sua “missão” foi a folha de maior prestígio e circulação da época: a *Gazeta de Notícias*. O escritor colaborou com esse jornal por mais de dez anos, mas sua participação ganhou destaque a partir de 1897, ao substituir Machado de Assis, quando este deixou vaga sua cadeira de cronista no renomado periódico.

Nas crônicas escritas para o famoso jornal, Olavo Bilac constantemente fazia uso de uma linguagem jocosa e espirituosa, tornando seus textos leituras de graça e riso para seus leitores. Contudo, muitas vezes, por trás desse recurso engenhosamente utilizado, podia-se perceber uma crítica desdenhosa aos vários problemas da cidade, aos maus hábitos de seus habitantes e às atitudes dos governantes. Outras vezes, especialmente durante e após o governo Rodrigues Alves, o cronista promoveu as atitudes governamentais para transformar o Rio de Janeiro em vitrine de um Brasil moderno e civilizado, incluindo-se nelas as reformas do prefeito Pereira Passos e as atitudes do sanitarista Oswaldo Cruz.

A colaboração de Bilac não se restringiu à *Gazeta de Notícias*. O cronista escreveu também para outros periódicos de relevância na época, como, por exemplo, a revista *Kosmos*. Cabe-nos aqui ressaltar que, independentemente do veículo utilizado — uma folha diária ou uma luxuosa revista — e mesmo, como excelente cronista que era, ciente de que para exercer com maestria sua profissão era necessário Bilac colaborou também com outros periódicos e neles não deixou de escrever sobre sua Sebastianópolis, sobre como ela era e como ele gostaria que ela fosse ou como ela poderia ser.

4.2. Sebastianópolis: uma cidade de contrastes

Como já dito anteriormente, um bom cronista sabe escrever acerca de tudo ao menos um pouco e não podemos negar a virtuosidade de Bilac no gênero. Dentre os mais variados assuntos por ele abordados em suas crônicas, destacamos a cidade e a vida urbana — temas recorrentes em diversos autores de todo o mundo, na época em foco.

Dickens, Dostoievski, Balzac, Poe, Baudelaire — apenas para citar alguns dos mais renomados escritores do século XIX —, fizeram da cidade sua matéria-prima, registrando ou analisando o surgimento e crescimento das metrópoles, com suas contradições e novidades. Em outras palavras, a literatura foi utilizada como elemento decifrador da cidade. Dessa forma, não bastava ao homem de letras de então saber escrever com elegância e correção, era necessário também dominar a arte de “ler” a cidade e a capacidade de dá-la a ler a seus leitores.

No cenário urbano do século XIX, em várias nações, certos locais tinham a capacidade de concentrar a atenção de todo país, tornando-se uma espécie de modelo em escala reduzida, símbolo ou pelo menos um ponto focal para a nacionalidade, servindo como uma baliza para o que se costuma chamar de identidade cultural.

Antes das reformas de urbanização do Rio de Janeiro, o centro urbano e político da cidade tinha a rua do Ouvidor como seu coração. Seus pouco mais de duzentos metros — trecho que vai do Largo de São Francisco até a antiga rua dos Ourives (Miguel Couto) — foram o palco da instalação da “modernidade” do país, assim como pólo de quase toda produção literária nacional e onde a maioria dos jornais da cidade tinha sede. Sendo a história da Primeira República indissociável da história de sua capital federal, podemos dizer que a rua do Ouvidor representava então o país.

Talvez não haja melhor frase para expressar a importância de tão famosa rua quanto a escrita por Machado de Assis, em “Tempo de crise”, texto publicado ainda nos tempos do império: “A rua do Ouvidor *resume* o Rio de Janeiro.” (ASSIS, “Tempo de Crise”, 1873. Disponível em: Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/MachadodeAssis/tempodecrise.htm>; grifo nosso).



Rua do Ouvidor. Foto: Marc Ferrez. 1890.

Disponível em: <http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?blogid=109&archive=2009-08>

Acerca desse tema, em crônica da *Gazeta de Notícias*, de 17 de agosto de 1902, Bilac escreveu:

Vejam a influência que uma simples e feia viela, um apertado e melancólico beco pode ter sobre a vida de toda uma grande cidade, de toda uma imensa nação!

(...)

A Rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro; a Rua do Ouvidor é o Brasil. Perguntar: “como está a rua do Ouvidor?” é o mesmo que perguntar: “como está a pátria?” Quando a rua do Ouvidor passa bem, a pátria exulta e vibra, numa plethora de mocidade e saúde; quando a rua do Ouvidor tem uma pontinha de febre, o Brasil está sepultado no fundo de uma cama, desconsolado e moribundo...” (BILAC: 2006, v.1, p. 499; grifo nosso)

Nos cafés e livrarias dessa rua podiam-se encontrar aqueles que faziam parte da vida intelectual e política não só da cidade, mas também do Brasil. Tratava-se também do melhor espaço para ver e ser visto. No entanto, nem só de glórias e louvores era cercado o endereço. Era também “o alçapão dos governos”, como afirmou Machado de Assis, alguns anos antes, em crônica cujo assunto principal era Antônio Conselheiro, líder da Guerra de Canudos²⁶. Para o mestre, o alargamento

²⁶Ver: MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 2009, p. 606-610.

da rua do Ouvidor era a maneira de acabar com os boatos e, por conseguinte, com as dificuldades políticas. Leiamos:

(...) Pela sua estreiteza, é a murmuração condensada, é o viveiro dos boatos, e mais mal faz um boato que dez artigos de fundo. Os artigos não se lêem, principalmente se o contribuinte percebe que tratam de orçamento e de imposto, matérias já de si aborrecíveis. O boato é leve, rápido, transparente, pouco menos que invisível. Eu, se tivesse voz no conselho municipal, antes de cuidar do saneamento da cidade, propunha o alargamento da rua do Ouvidor. Quando este beco for uma avenida larga em que as pessoas mal se conheçam de um lado para outro, *terão cessado mil dificuldades políticas*. Talvez então se popularizem os artigos sobre finanças, impostos e outras rudes necessidades do século. (ASSIS: 1894, grifo nosso)

Cabe ainda destacar que a rua do Ouvidor podia ser o coração do país, mas também era a antítese do atraso, o outro lado do Brasil profundo e desconhecido. Basta ver a preocupação do presidente Campos Sales em “desarticular” a política da capital. A rua do Ouvidor era palco de agitações da multidão, sempre que essa se sentia “atacada nos seus direitos”²⁷.

Explica-se assim a escolha da região central do Rio de Janeiro como elemento catalisador das mudanças do que então se planejava como um modo de vida para o país “moderno”. Por esse motivo, a estreita Rua do Ouvidor já não podia representar os novos tempos e a necessidade de mostrar a modernidade no espaço físico de nossa cidade se torna mais urgente. Contudo, foi somente no início do século XX, precisamente em 1903, que as reformas começaram “a sair do papel”.

Num verdadeiro processo de quebra-quebra e (re)construção, realizado em ritmo acelerado, foram desapropriados 557 prédios, os quais deram lugar a uma avenida com dois quilômetros e impressionantes 33 metros de largura, ligando o mar ao mar: a avenida Central, que foi inaugurada em novembro de 1905.

²⁷ Para informações mais detalhadas ler: MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 26-29.



Avenida Central, 1905. Disponível em: <http://zrak7.ifrance.com/av-central-1905.jpg>.

Em uma crônica de dezembro de 1903, portanto antes da inauguração, o cronista vislumbrava:

A Avenida... Parece-me que a vejo acabada, ampla e formosa, com as suas árvores, os seus palácios, as suas lâmpadas elétricas, os seus “refúgios”, e cheia de uma multidão contente e limpa. Ainda não é realidade: mas já não é sonho. Já os mais incrédulos perderam a incredulidade. (...)

É verdade sim! Daqui a poucos dias, o primeiro golpe de picareta, na Prainha ou no Boqueirão do Passeio, entoará a primeira nota do hino triunfal. E não teremos de viver muito para ver terminada essa obra de salvação nacional; (...) a regeneração da grande cidade operosa e honrada, que já seria (...) a mais linda do continente sul-americano, se há mais de cinquenta anos tivesse encontrado quem a servisse e amasse com coragem, em vez de só encontrarem servidores parlapatões e moles, gastando em palavras a energia que deveriam gastar em atos. (BILAC: 2006, v. 1, p. 612-613)

Notemos a euforia do cronista bem como sua visão de que progresso e felicidade caminham juntos. A reforma trará saneamento — o ar circula melhor em uma rua larga, o que dificulta a proliferação de doenças por via aérea — e embelezamento. As lâmpadas elétricas não são apenas símbolos de progresso, elas são também o signo da luz, representando a inteligência e as novas idéias. Além

disso, para ele, os golpes de picareta do “bota-abaixo”²⁸ — nome pelo qual ficaram conhecidas as reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos — soam como um hino e a construção da larga avenida representa a salvação nacional²⁹. Republicano por excelência e defensor dos ideais de ordem e progresso, Bilac aproveita a deixa para criticar o antigo regime (a monarquia), que deixou a cidade ao abandono, gastando energia com palavras e não com atos³⁰.

Em outra crônica, “Inauguração da Avenida”, o escritor compara a população carioca a uma criança pobre que tem a sorte grande de receber um brinquedo caro e, apesar da chuva torrencial que caiu no dia da inauguração, está delirante com o futuro que se descortina a sua frente. Sua euforia é tamanha que chega a sentir a tristeza de ter nascido tão cedo, pois, assim, poderia melhor aproveitar as maravilhas que a “nova” cidade começava a lhe proporcionar. Porém, irrita-se ao ver as bandeirinhas e outras ornamentações — coisas de festa da roça. Em suas próprias palavras: “O enfeite da Avenida é a própria Avenida — é o que ela representa de trabalho dignificador e de iniciativa ousada, de combate dado à rotina e de benefício feito ao povo!” (BILAC: 1996, p. 260-267).

Em seu famoso trabalho sobre as primeiras décadas da República Velha, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Nicolau Sevcenko tece os seguintes comentários acerca da inauguração da Avenida Central:

Era a “regeneração” da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados com estátuas importadas da França. A nova classe conservadora ergue um *décor* urbano à altura de sua empáfia. (SEVCENKO: 2003, p. 43)

²⁸ A esse respeito, ver BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil — 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 351-7.

²⁹ Na época, o porto do Rio de Janeiro, apesar do grande volume de negócios, tinha uma estrutura precária de distribuição de mercadorias. Ademais, era também um foco para disseminação de epidemias. A situação crítica chegou ao ponto de se afirmar na imprensa local que no dia em que esses problemas fossem sanados, a estrela de Buenos Aires — principal rival sul-americana — começaria a empalidecer. (Ver Eulália Lobo, *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978).

³⁰ Durante o Segundo Reinado, foi proposta uma reforma de remodelação da cidade, entre 1874 e 1876 — reformas que só ocorrem no início do século seguinte. (Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992).



*"Novinha em folha,
catita e limpa,
toda garrida,
como está bela,
guapa e supimpa
essa Avenida!
Calçada a asfalto
de lado a lado,
toda varrida.
Vai ser o ponto
mais frequentado
essa Avenida!
Bebês, meninos,
rapazes, moços,
gozando a vida,
farão namoros
com alvoroços
pela Avenida..."*

Primeira página do *Jornal do Brasil*, edição de 15/11/1905. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?blogid=57&archive=2007-11>.

É importante reiterar que as reformas executadas na capital francesa em meados do século XIX, sob o comando do Barão de Haussmann³¹, serviram de modelo para que a modernidade pudesse se instalar no Brasil. Em nosso país, a idéia central na época em foco era exterminar o passado colonial, “limpando” o que havia de velho e sujo, e criar uma nova paisagem urbana para o centro da capital federal. Nas palavras de Brito Broca, “o chique era mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris” (BROCA: 2004, p. 143).

Não se pode deixar de observar que essa entrada forçada na modernidade embelezou a cidade, mas, por outro lado, desabrigou e excluiu a população carente que habitava o centro do Rio de Janeiro. Por esse motivo, apesar de ser um entusiasta das reformas de Rodrigues Alves e Pereira Passos, Bilac preocupou-se com o destino que se daria para a população pobre, visto que ela não fazia parte

³¹ Prefeito de Paris de 1852 a 1871, que remodelou a cidade durante o governo de Napoleão III.

dos planos do governo — mais preocupado em fazer do Rio de Janeiro um cartão-postal do que com o bem estar do povo. Em agosto de 1905, antes, portanto, do término da execução das obras planejadas, Bilac escreveu na *Gazeta de Notícias*:

Não sejamos, sincera ou fingidamente, insensíveis. Interrompamos, por um momento, o coro de louvores justíssimos com que estamos saudando e exaltando a transformação da cidade, — e reconheçamos que há no aspecto atual das nossas ruas uma tristeza, um ar de infelicidade, um tom de mágoa que devem merecer algumas palavras de compadecida simpatia. Não gastemos todas as forças da nossa alma em amar e celebrar a cidade nova que está surgindo, — e reservemos um pouco de emoção para a morte da cidade velha!

O Rio de Janeiro era como um imenso castelo de cartas, — desses que as crianças costumam construir sobre a mesa (...).

As mãos inábeis, juntando as cartas do baralho, encostando os ouros aos paus, equilibrando as copas sobre as espadas, vão levantando pouco a pouco a frágil construção, aprumando as muralhas, edificando os andares, firmando as torres e os mirantes (...) em breve, (...) resplandece (...). Falaz acabamento e enganadora beleza! a mão travessa de uma das crianças sacode uma das cartas da base, — e toda a construção maravilhosa vem abaixo, de roldão, amontoada em ruínas...

A mesma coisa aconteceu nesta feia aglomeração de casas podres que era a nossa velha cidade. A primeira pedra deslocada deslocou todo o conjunto. (...) O vasto corpo da cidade parece o vulto de um cadáver exposto em pedaços, sobre a mesa de um anfiteatro de anatomia, depois da dissecação: falta-lhe aqui um naco do peito, ali um braço, ali um pé, ali uma lasca do ventre, ali um fragmento do crânio. A *urbs* de Mem de Sá, amputada, retalhada, espotejada sangra poeira de barro e calça por todos os lados...

Ninguém mais do que eu aplaude essa obra de destruição, porque ninguém mais do que eu reconhece a sua necessidade. Mas, que quereis? Tenho no fundo da alma uma estratificação de velho sentimentalismo, em camadas resistentes e fortes...

Há pouco tempo, vi cair, na rua da Uruguaiiana, a casa em que nasci; depois vi cair, na rua da Assembléia, uma casa triste e escura, em cujo sótão se abrigou durante alguns meses a minha mocidade boêmia; (...). Mas nem quero avivar a crua saudade que esta recordação me traz!

Ora, todos ou quase todos os cariocas, nascidos e criados nesta boa cidade, devem estar vivendo, como eu, dias de infinita melancolia, ao assistir à queda e ao desaparecimento dessas casas anciãs, (...) onde foram felizes ou infelizes. Cada um desses prédios é para muito de nós todo um universo de lembranças que se aniquila: no rolar dessas pedras, (...) gemem vidas inteiras que resistiam à morte, (...) e que se desfazem agora em poeira e em nada.

Daqui a dez anos, a minha geração viverá (se ainda viver!) numa cidade estranha, sem um só vestígio da existência antiga...

Mas daqui a dez anos, já nenhum de nós sentirá a amarga melancolia de hoje: os nossos olhos e as nossas almas já se terão acostumado à nova natureza e /ao novo aspecto das coisas, (...). O momento doloroso e duro é o atual: a cidade já não é a mesma e a ainda não é outra; há um crepúsculo de transição (...) entre as duas fases da vida urbana (...).

E há ainda uma outra causa de melancolia e tristeza, nesta demolição de prédios: é a lembrança dos atropelos, das angústias, das aflições em que se vê a gente pobre obrigada a mudar-se da noite para o dia.

A mudar-se, para onde?

As casas novas, que estão aparecendo como por milagre, rebentando quase instantaneamente do seio da cidade, seriam miseráveis albergues para os Rotschild, para os Rockefeller, para os Pierpont Morgan: mas, para a gente humilde, que vive do parco produto do suado trabalho das suas mãos, essas casas são verdadeiros palácios maravilhosos, solares radiantes, alcáceres de inatingível luxo, que essa gente nem em sonho se atreve a cobiçar.

Para onde levarão os pobres os seus trastes, modestos mas queridos, os tristes cacarecos que são toda a sua fortuna?

As casas, que as picaretas estão demolindo, eram justamente as únicas em que, pela modicidade do aluguel, se podiam aboletar os trabalhadores. Em que ponto da cidade vai essa multidão procurar um teto, (...)?

Há uma grande comissão nomeada para resolver o problema das habitações operárias. Mas essa grande comissão, com toda a sua grandeza, só tem feito até agora o que costumam fazer todas as comissões: tem falado, e tem feito falar de si. (...)

Suponho que duas são as principais causas que demoram a solução do problema: a escolha do local em que devem ficar situadas as habitações operárias, e a escolha dos recursos pecuniários de que é preciso lançar mão. (...)

O local? — mas as duas margens do leito da Estrada de Ferro, pela imensa extensão da zona de subúrbios, podem abrigar uma infinita colmeia humana. O dinheiro? — mas emita-se,

cunhe-se, invente-se esse dinheiro sem hesitação! (...) esse dinheiro frutificará em vidas, em trabalho, em civilização, em glória da nossa terra, em orgulho da nossa raça, — porque aniquilará a tuberculose, a miséria, a fome, os crimes, todas as moléstias físicas e morais, todas epidemias corporais e sociais que nos afligem e desonram! (BILAC: 2006, v. 1, p.732-4; grifo nosso)

A passagem é longa, mas coube citá-la para evidenciar alguns pontos relevantes para nossa análise. Notemos o vocabulário utilizado pelo cronista, que alterna certo entusiasmo e grande melancolia. Ele acredita que a destruição é necessária para que a ordem e o progresso sejam implantados na cidade. Todavia, não basta demolir velhas casas e construir palácios em seus lugares, sem prover uma habitação digna para aqueles cujas moradias estão sendo postas abaixo. O dinheiro gasto com essas construções não seria gasto em vão, pois se reverteria em trabalho e civilização, erradicando doenças físicas e morais da população.

Dizer que as reformas de Pereira Passos foram excludentes é algo que não se pode negar, mas não podemos afirmar que Bilac só tinha olhos para o belo, para o modelo parisiense de civilização e que não se preocupava com a população pobre da cidade. Na crônica acima citada, ele demonstra possuir consciência da necessidade de se abrigar dignamente a população pobre que estava sendo despejada com as obras. A crônica é de 1905 e a tal comissão nada ainda tinha feito por essa gente desabrigada.

Em um estudo sobre a história social da crônica no Brasil, “O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro”, Márcia Cezar Diogo nos comprava:

Enquanto o centro da cidade tinha seus serviços melhorados, o subúrbio, para onde foi a maioria dos pobres, não tinha infra-estrutura suficiente para atender ao grande contingente de pessoas que recebeu. A reforma trouxe novos modos de exclusão e hierarquização do espaço e reforçou outros já existentes. (DIOGO: 2005, p. 462)

Sabemos, hoje, que nada se fez ou não teriam surgido as famosas favelas nos morros ao redor da área central da cidade e tampouco poderíamos ainda ver resquícios de pobreza no subúrbio — locais para onde essa população se deslocou.

Mostra-se, portanto, evidente que esse modelo parisiense de cidade-capital era demasiado excludente. Alocar a população despejada não era uma tarefa fácil de ser executada. Aliás, segundo nos esclarece Jaime Benchimol, esse foi um dos motivos de não ter sido levado adiante o plano de melhoramentos da cidade ainda

na época do Império (cf. BENCHIMOL: 1992, p. 137-149). Em tal modelo, a população segregada nem deveria aparecer e, para tanto, demarcações de território foram bem-vindas e leis foram constituídas.

O panorama que temos, portanto, é o de uma *cidade letrada*³² que tenta projetar uma cidade ideal a ser implantada na realidade, tirando o lugar da cidade real: “A partir dessas condições, é possível inverter o processo: em vez de representar a coisa já existente mediante signos, estes se encarregam de representar o sonho da coisa, tão ardentemente desejada nessa época de utopias, abrindo o caminho a essa futuridade que governaria os tempos modernos” (RAMA, 1985, p.31). Ao registrar e enaltecer o simbólico em detrimento do concreto, os textos de Olavo Bilac contribuíam para a formação desse panorama, uma vez que esteve quase sempre apoiando a tentativa de remodelação da cidade “pelo alto”. Tal posição não invalida sua produção, nem é atitude exclusiva. Nicolau Sevcenko, baseando-se em Sartre (*Situatios II*. Paris: Gallimard, 1948) observou: “Todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos pela sua sociedade e seu tempo — e é destes que eles falam” (SEVCENKO: 2003, p. 29). Sua obra, portanto, com seus condicionantes e perspectivas, nos ajuda a ler a realidade que lhe era subjacente.

As observações anteriores nos possibilitam compreender que as crônicas escritas por Olavo Bilac podem ser lidas como espelhos do Rio de Janeiro em metamorfose, representando visões que fazem de seu titular um escritor da cidade por excelência. Assim, no meio da sua extensa atividade jornalística, é a urbe, com todas suas nuances, que ocupa lugar privilegiado.

³² Termo criado por Angel Rama, em seu estudo *A Cidade das Letras*, para designar as cidades da América Latina cujo comando estava nas mãos de um pequeno número de pessoas alfabetizadas, tendo um número menor ainda de pessoas (“intelectuais”) à frente desse comando. (Ver RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985)

4.3. O porto: a porta de entrada de Sebastianópolis

Os descrentes, os que duvidavam da obra do governo e que ella chegasse a se realizar, a esta hora devem estar perplexos ante o estupendo esplendor da festa do dia 29, em que foram sagrados pelo entusiasmo popular os Exmos. Srs. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, honrado presidente da Republica, e o eminente estadista, o illustre Dr. Lauro Severiano Muller, ministro da industria, a cujas vontades, a cuja tenacidade não houve obstáculos para levarem a effeito essa obra colossal, verdadeiramente americana, que transforma o maior porto do globo na bella e formidavel doca.

(O Malho nº 81, 2 de abril de 1904)

Na época de que nos ocupamos, o porto do Rio de Janeiro era um dos maiores do mundo, mas sofria com certa desorganização, que merecia ser combatida, em tempos de transformações tão aceleradas.

No entanto, uma ampla intervenção urbana, conforme anunciara Rodrigues Alves, não se poderia limitar ao porto e à região portuária do Rio de Janeiro, objetos da reurbanização a cargo do Governo Federal. Ela deveria atingir a estrutura viária da cidade. Para esse intuito, fazia-se fundamental alguém que unisse experiência administrativa ao conhecimento da urbe.

Coube ao ilustre engenheiro Lauro Müller a tarefa de modernizar o porto do Rio de Janeiro e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade, a fim de permitir um melhor sistema de distribuição das mercadorias do porto pela cidade. As obras de melhoramento do porto eram vistas, portanto, como a “base do sistema”, devendo, além do “saneamento”, aumentar o “comércio”, a “arrecadação das nossas rendas” e as “condições de trabalho”, maneira como se refere à necessidade de resgatar a imagem da cidade.



Av. do Mangue, 1907, foto: Augusto Malta. Fonte secundária: Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: *A Paisagem Carioca*. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. p. 32-55 (p. 48).

Em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* (27-09-1903), Bilac pede desculpas a seus leitores por estar dedicando algumas linhas à assinatura do contrato referente às obras do porto e ao seu início — fato que aconteceu na mesma época em que Santos Dumont partia de volta à Europa, o que explica o paralelo estabelecido no texto:

Felizmente, as dificuldades foram removidas, o caminho está desbravado, — e as obras vão começar.

Ah! meus amigos! não vos zanguéis comigo, lendo esta opinião modesta: nós precisamos muito mais de limpeza, cá em baixo, do que bravura e glória, lá em cima; o saneamento dessa pobre terra que é nossa, tão boa e tão infeliz até hoje, vale muito mais do que a conquista do firmamento estrelado! (...) Amemos e sirvamos este canto da terra em que nascemos; não temos outra pátria, não temos outra mãe, não temos outra amiga. O nosso dever é limpá-la, é enfeitá-la; é fazê-la merecedora da admiração, e mesmo da inveja das outras pátrias; é livrá-la das pestes e das febres que a infamam e difamam; é, enfim, saneá-la e dignificá-la, porque só assim taparemos a boca de quem nos decompõe...

(...)

Vão começar as obras do porto do Rio de Janeiro: vai começar a nossa reabilitação de terra, de sociedade, de povo. Deus me dê vida para ver a empresa terminada, e para abençoar quem a tiver levado a cabo! (BILAC: 2006, v. 1, p.593-6)

Nesse trecho da crônica, podemos notar uma característica presente no gênero: o tom de familiaridade, de conversa amigável com o leitor (“Ah! meus amigos! não vos zanguéis comigo”). O discurso é direto, simples, sem

rebuscamento. Empregando vários recursos para ser persuasivo, o cronista busca convencer seu público-leitor da necessidade das obras, pois ele não tem outra pátria e, portanto, deve amá-la e quem ama cuida. Daí a importância de manter a cidade limpa, enfeitada, saneada e livre de epidemias. Cidade e pátria “se misturam”, como já foi visto — não podemos esquecer que o Rio de Janeiro era a cabeça da nação, a porta de entrada; falar mal da capital federal era o mesmo que maldizer o país. As obras de embelezamento e saneamento causariam inveja a outras pátrias (Argentina, por exemplo? — a grande rival sul-americana). A crônica termina com Bilac pedindo a Deus que lhe permita ver as obras concluídas, graça que lhe foi concedida, como veremos a seguir.

Após a execução das reformas, o cronista escreveu para a famosa *Revista Kosmos*:

Como se não bastasse tudo isso, tivemos no Rio de Janeiro, a honra de receber a visita da primeira leva de *touristes* da *Agência Cook*.

Não provoque essa expressão — *tivemos a honra* — um sorriso de mofa! Foi positivamente um honra, — e uma boa honra, porque foi daquelas que trazem consigo proveito.

A honra não veio da qualidade das pessoas que nos visitaram, comboiada por um *barnum* da Cook. Não vi os *touristes* no *Byron*, não sei se são bonitos ou feios, inteligentes ou tolos, ignorantes ou cultos; sei que são curiosos, — e isso me basta.

Que quer dizer a chegada dessa primeira leva de excursionistas? Quer dizer que essa gente já ouviu falar com entusiasmo da nossa terra, e teve a curiosidade despertada, e quis confiar no testemunho dos seus próprios olhos. Cada um desses visitantes será, por sua vez, um porta-voz; um anunciador gratuito da beleza e da civilização do Rio de Janeiro e do Brasil. Há aí honra e proveito.

Ainda muita coisa feia terão visto por aí os viajantes de *Byron*: muitas ruas mal calçadas, muita gente descalça e suja pelas ruas, muitas casinhas novas atarracadas e desgraciosas, e muitas lojas servidas por caixeiros em mangas de camisa...

Mas terão dito a si mesmos, ou terão achado quem lhes dissesse, que o Rio de Janeiro não podia, mais feliz do que Roma, fazer-se em um só dia. O que é certo é que a cidade já nos não envergonha, como nos envergonhava. Nunca esquecerei, em mais de cem anos que vivia, o vexame que me assaltou em certa manhã de 1891, quando, ao voltar da Europa, desembarquei em companhia de alguns estrangeiros, no cais Pharoux. Caiu-me a cara no chão. Esquivei-me, como um criminoso, e nem me despedi dos hóspedes: deixei-os entregues a si mesmos, e abalei dali a ocultar o meu desgosto e a minha vergonha.

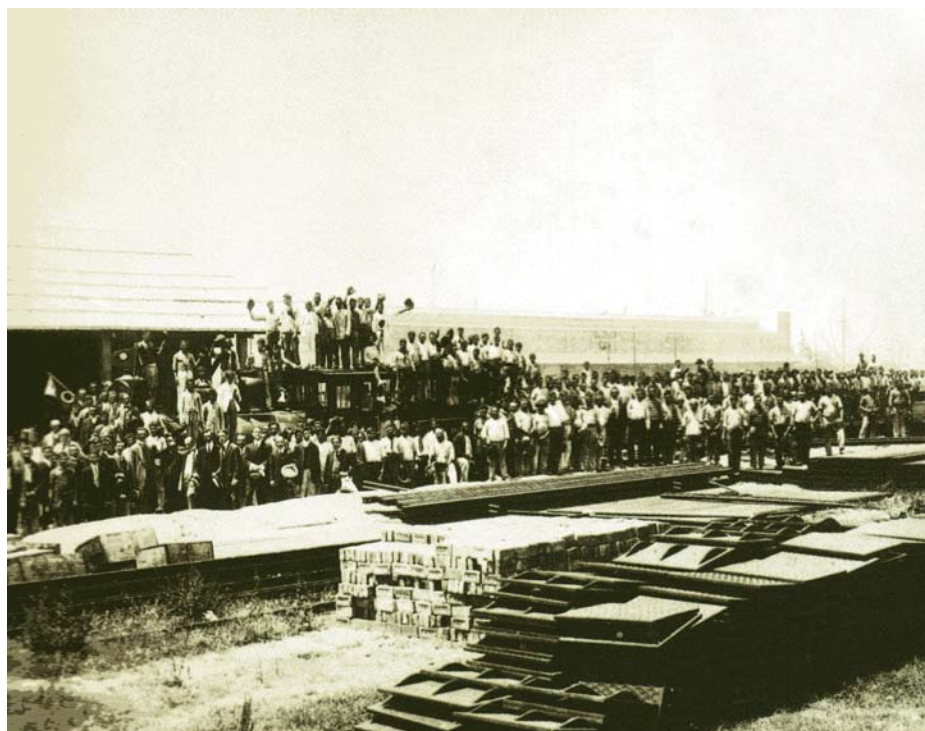
Tudo isso, hoje, é pesadelo dissipado... (BILAC: 2006, v. 2, p. 385-6)

Essa crônica, de 1907, nos dá a idéia da transformação pela qual o porto da cidade passou. Como efeito disso, o cronista já não se sente envergonhado, pois os turistas estrangeiros em navios luxuosos não mais passam ao largo da cidade, para apenas aportar em Buenos Aires.

Como se sabe, o porto era na época a porta de entrada da cidade. O cronista, mais uma vez, demonstra sua sapiência em assuntos civilizatórios. Isto quer dizer

que, se a cidade tem um belo porto, muito provavelmente se trata de uma cidade civilizada. Uma bela cidade traz turistas e turistas trazem dinheiro.

Notemos também como é forte a idéia de que a capital federal deve ser vista como a representação da nação. O Rio de Janeiro refletia o Brasil e o porto era o anunciador da beleza e civilidade da cidade e, conseqüentemente, do país.



Operários comemoram a inauguração de um dos armazéns do Porto, cerca de 1908., foto: Augusto Malta. Museu da Imagem e do Som. Fonte secundária: *O Porto e a Cidade: O Rio de Janeiro entre 1565 e 1910*, p. 187.

4.4. A Avenida Central: o cartão-postal de Sebastianópolis

(...) a avenida era como uma noiva linda, de que uns querem apanhar bem o jeito, a maneira, a impressão das últimas horas de solteira, e a quem outros se contentam de olhar, de alma aberta, felizes e radiosos unicamente de vê-la radiosa e feliz. (...)
(O Paiz, 16-11-1905)



Inauguração da avenida Central, 15/11/1905, foto: Augusto Malta. Museu da República, IPHAN. Fonte secundária: *O Porto e a Cidade: O Rio de Janeiro entre 1565 e 1910*, p. 186. (Atentar para o detalhe dos enfeites criticados por Bilac na crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, 19/11/1905 – cf. BILAC: 1996, p.267.)

Bilac dedicou muitas e muitas linhas de suas crônicas à obra que, junto com a remodelação do porto, colocaria o Rio de Janeiro no rol das cidades modernas e civilizadas: a construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.

Dentre as crônicas bilaquianas lidas e sumariadas por Antonio Dimas, foram publicadas na antologia *Bilac, o jornalista* cerca de vinte delas. Originalmente, elas foram escritas para a *Gazeta de Notícias*, a *Revista Kosmos* e o *Correio Paulistano*. A esse respeito, importa observar que nem sempre o único assunto da crônica é a Avenida Central — tenhamos sempre em mente que uma das características do gênero é não ter a obrigatoriedade de se ater a um único tema.

Entre 1904, ano de sua primeira publicação, e 1908, quando Bilac encerrou sua carreira, o cronista escreveu para a *Revista Kosmos* — uma revista ilustrada de alta qualidade, de periodicidade mensal e, portanto, dedicada a um público-leitor mais específico do que o da *Gazeta de Notícias*, uma folha diária e de preço reduzido. Em algumas dessas crônicas, ele dedicou algumas linhas à famosa avenida que se pretendia transformar em símbolo da modernidade do país.

Na terceira edição da revista, de março de 1904, Bilac redigiu as seguintes observações:

Fechemos a crônica com algumas linhas de alegria e de esperança.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. Bem andou o governo, dando um caráter solene e festivo à inauguração desses trabalhos. Nem se compreendia que não fosse um dia de regozijo o dia em que começamos a caminhar para a reabilitação.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo e gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas, as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (BILAC: 2006, v. 2, p. 337)

Por se tratar de um periódico cujo público alvo é mais letrado, Bilac permite-se usar um maior número de figuras de linguagem: as picaretas entoam um hino jubiloso, como se fossem instrumentos musicais; o passado geme com o desmoronar das velhas casas da cidade colonial — esta soluçava, mas seu protesto era impotente. Nada mais se poderia fazer, o progresso e a civilização, representados pelo cantar das picaretas, eram maiores, mais altos e mais fortes.

Além disso, as picaretas são o símbolo de regeneração da cidade. Rogando de maneira ritmada, elas celebram “a vitória da higiene, do bom gosto e da arte”.

No mês de inauguração da avenida, novembro de 1905, Bilac dedicou as linhas abaixo a esse feito:

(...) as homenagens mais calorosas e duradouras foram para a Civilização e para a Paz. Inaugurou-se a Avenida Central: e do Rio de Janeiro, deslumbrado e glorificado por tal acontecimento, é lícito dizer o que disse Gonçalves Dias do pai de 1-Juca Pirama:

*Este momento só vale apagar-lhe
Os tão compridos trances, as angústias,
Que o frio coração lhe atormentaram...*

Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... Onde estás tu metido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos oprimiste e desonraste? Em que fuma lóbrega, em que socavão escuro te foste esconder envergonhado? Em vão te procurei, nestes últimos dias e nestas últimas noites de Novembro, pela radiante extensão da Avenida formosa: não vi, em parte alguma, o teu olhar sinistro em que a má vontade reluz perpétua, a tua boca franzida num eterno sorriso de sarcasmo, a tua frente envergada numa perene contenção de birra e malevolência... Andas, com certeza, homiziado nos becos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da imundície: afugentou-se a luz da Avenida, horrorizou-te a alegria do povo, fulminou-te o despeito!

Há menos de dois anos, no terceiro número da Kosmos, esta “crônica” registrava o começo dos trabalhos grandiosos, agora coroados, num triunfo consolador, do mais completo êxito:

“Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, (...) Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente...”

Isso era escrito em março de 1904. Há vinte meses apenas!

Onde se vai perdida a nossa fama de povo preguiçoso, amolentado pelo clima e pela educação, incapaz de longo esforço e de tenaz trabalho? Em que outro país do mundo se realizou jamais um igual prodígio de decisão e execução, uma igual maravilha da coragem e da rapidez?

Essa nossa inveterada e incurável preguiça era uma lenda, uma invenção, uma torpe mentira. (BILAC: 2006, v. 2, p. 353)

Mais uma vez, temos aqui um exemplo do belíssimo domínio que o cronista possui da língua e do grande manejo de construções metafóricas. O passado e as tradições são personificados na figura do “Carrancismo”, que foge da luz e se esconde nos becos ainda sujos, por não suportar ver a alegria do povo.

Aliás, esse mesmo povo é agora “glorificado” por ter sido capaz de construir uma bela avenida em apenas vinte meses. Na opinião do cronista, tal fato prova que o carioca, o brasileiro, não é um povo preguiçoso — isto era apenas uma lenda.



Avenida Central, 1906, foto: Augusto Malta. Fonte secundária: Viviane da Silva Araújo. Cidades fotografadas: Rio de Janeiro e Buenos Aires sob as lentes de Augusto Malta e Harry Olds, 1900-1936. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2009. (<http://nuevomundo.revues.org/index50103.html>)

4.5. O trabalho: Sebastianópolis ressuscitada

O trabalho enaltece o homem.
(Provérbio popular)



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905
João Martins Torres – Acervo Instituto Moreira Salles

O estigma de povo indolente, pouco dado ao trabalho, parecia estar sempre “perseguido” aqueles nascidos em Sebastianópolis.

Na crônica “Metrópole de desocupados”, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 21 de junho de 1903 (BILAC: 1996, p. 232-9), vemos como Bilac valoriza o trabalho e associa-o à ordem e ao progresso. Para ele, tudo o que de belo foi escrito em louvor do trabalho foi desmoralizado pela retórica. Por essa razão, ele “aconselha” a amar e abençoar o trabalho — apenas cantá-lo seria inútil.

Ao longo de sua argumentação, evidencia que o trabalho é “a salvação única e o único remédio”. Além disso, afirma que ele é o “pai da fortuna e da alegria”.

O cronista faz uso da metáforização do reino animal — recurso que está presente em outras de suas crônicas — como forma de melhor transmitir suas idéias. O exemplo aqui utilizado é o das abelhas e a colméia. Elas não param de trabalhar, viajam longas distâncias em busca da matéria-prima para fabricarem seu

mel. Caso não tivessem como conseguir esse néctar, elas não teriam trabalho e “sucumbiriam de pesar e de marasmo”.

Assim era o Rio de Janeiro antes de Pereira Passos ser nomeado prefeito do Distrito Federal. O povo não trabalhava porque não havia trabalho, segundo se lê no fragmento abaixo:

O Rio de Janeiro era, há poucos meses, uma metrópole de desocupados. Ninguém reconstruía as casas incendiadas ou desmornadas, ninguém edificava prédios novos. O Dinheiro, atacado de uma covardia sem nome, não se animava a circular, e dormia improdutivo nos bancos, nas caixas econômicas, nos pés-de-meia bolorentos. As ruas não se calçavam nem varriam. A cidade era um cemitério de vivos...

Quanto o Capital se acovarda, o Trabalho morre. Toda a gente que vive do esforço braçal, todo o operariado que ganha dia a dia o seu pão e nunca chega a juntar economias, tinha de sofrer as conseqüências dessa estagnação da atividade. E era por isso que só se via gente desocupada e triste pelas ruas... (BILAC: 1996, p. 234-5)

O trecho citado mostra a visão capitalista de trabalho — ambos personificados. O trabalho gera renda. Com ela, os trabalhadores podem economizar para adquirir bens, o que faz gerar mais renda e, assim, a economia cresce e com ela vem a riqueza. Todavia não era isso que acontecia em nosso país: não havia investimentos, conseqüentemente, não havia trabalho. Isso quer dizer que não se trabalhava porque não se queria, mas sim por não haver trabalho disponível.

É interessante notar, também, o fato de que, sem trabalho, as pessoas viviam tristes, como mortos-vivos; o trabalho seria, então, vida e alegria. Como se pode comprovar no trecho a seguir:

Agora já um jornal diz que “não há operários bastantes para a tarefa...”. E os operários andam contentes, porque lhes sobra o trabalho cá fora, e já não lhes míngua a comida no lar.

Quando os pobres têm alegria, tudo vai bem. (...)

Os ricos são quase sempre alegres: só não são alegres quando se deixam dominar pelo tédio; (...) a tristeza da gente rica não deve inspirar compaixão. A tristeza da gente pobre, sim! essa é terrível e dolorosa, porque é a tristeza (...) dos que pedem quase nada: apenas o direito de viver, apenas um pouco de pão e um pouco de paz. (...) Para os insaciáveis [os ricos], a tristeza é um castigo merecido e necessário; mas, para os modestos, ela é uma injustiça que dói e desespera... (BILAC: 1996, p. 235-6)

Para reforçar sua idéia e torná-la mais visível, o cronista relata sua própria experiência. Afinal de contas, ele não é rico, mas também não é pobre e, mesmo assim, experimenta a alegria do trabalho:

Anteontem, às primeiras horas da tarde, eu atravessava, em bonde, a larga avenida do Mangue, vindo de trabalhar e indo trabalhar, com o espírito ocupado e, por isso mesmo, fora do alcance do tédio e acessível à alegria. (BILAC: 1996, p. 236)

De dentro do bonde, o cronista vê crianças saindo de uma escola, “derramando pela rua uma lenta e ruidosa maré de frescura, de mocidade, de animação”. O barulho por elas provocado misturava-se com o “sussurrar da colméia humana” — os operários trabalhando nas obras do canal do Mangue, o barulho das ferramentas.

Notemos o uso da metaforização animal. Além disso, o som provocado pelo trabalho dos operários é descrito como um sussurro e não — como normalmente se associa — um barulho insuportável.

Bilac chama a atenção para a diminuição de ocorrências policiais, pequenos crimes cometidos pelos habitantes dos bairros pobres. Para ele, a justificativa é simples: como há maior oferta de trabalho, a ociosidade é menor e, dessa forma, as pessoas se envolvem menos em atos ilícitos.

O cronista acrescenta que “é o trabalho que está regenerando o Rio de Janeiro, transformando-o, de vasta e lúgrube metrópole que era, em uma radiante e feliz colmeia em que o esforço, em vez de ser um sacrifício, é um consolo e um gozo” (BILAC: 1996, p. 239). Como Lázaro, que foi ressuscitado por Cristo, o trabalho está ressuscitando Sebastianópolis. Bilac insinua que o ato de “voltar à vida” é agora mais demorado porque a cidade ficou “morta” por quatro séculos e não quatro dias, como Lázaro.

A crônica termina com a afirmação de que os habitantes de Sebastianópolis não sofrem de preguiça; “o que tem havido é falta de estímulo, falta de coragem — e falta de governo” (BILAC: 1996, p. 239). E, como no momento em que ele escreve a cidade possui um governo, o cronista fecha o texto com uma súplica: “Permita o céu que o Lázaro [a cidade do Rio de Janeiro] agora ressuscitado não torne a meter-se na cova por sua própria vontade — e que se perpetue o trabalho que é a alegria do pobre!” (BILAC: 1996, p. 239)

4.6. A “luta” em Sebastianópolis: Barbárie versus Ordem, Progresso e Civilização

É comum ouvirmos falar que Bilac possuía um sentimento de superioridade exacerbado com relação aos costumes das classes populares. Ledo engano. Podemos admitir, entretanto, que algumas de suas declarações com relação ao assunto possam ser vistas, com os olhos de século XXI, como absurdas. Porém, se levarmos em consideração a época em que foram escritas e para quem eram escritas — objetos essenciais da crônica — veremos que tais declarações não são sinônimo de esnobismo por parte do cronista.

Tomemos como exemplo a crônica publicada na *Revista Kosmos*, edição de outubro de 1906 (cf. BILAC: 2006, v. 2, p. 370-2). Bilac inicia o texto afirmando ser um ato de ousadia atacar tradições religiosas. Entretanto, existem algumas que “devem ser impiedosamente e inexoravelmente demolidas, porque *envergonham a Civilização*” (grifo nosso), como é o caso da festa de Nossa Senhora da Penha de França.

Antes de analisarmos a crônica, se faz necessária a descrição do local onde ocorre a referida festa.

A Penha é um subúrbio carioca situado ao longo da antiga Estrada de Ferro da Leopoldina. A ocupação da região data do início do século XVII, pelo capitão Baltasar de Abreu Cardoso, que lá possuía uma quinta. No ano de 1635, o abastado senhor decidiu construir uma capela no alto de um monte rochoso, uma grande pedra (penha), localizada em sua propriedade.

A capela no alto do monte atraía devotos e curiosos, que passaram a subir a grande pedra (daí vem a palavra Penha) uns para pedir e outros para agradecer graças alcançadas por intercessão da Senhora do alto do Penhasco — Penha. No início as pessoas diziam “Vamos à Penha visitar Nossa Senhora”. Com o tempo, porém, passaram a dizer “Vamos visitar Nossa Senhora da Penha”. No século XVIII, a singela capela foi demolida e uma maior foi construída em seu lugar. Em 1870, esta capela deu lugar a uma igreja, que foi ampliada em 1900. No início do século XIX, uma escadaria, com 382 degraus, foi talhada na própria pedra, facilitando a chegada ao alto do penhasco (cf. http://www.santuariopenhario.org.br/?secao=15256&categoria=15300&id_noticia=49891).



Igreja da Penha, década de 1930, foto: Peter Fuss. Créditos: Internet, escaneado por Milton Teixeira do original FUSS, Peter. *Brasil - Orbis Terrarum*. Berlim: Atlantis Verlag, 1937. Disponível em: http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1415&sid=25http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1415&sid=25

A festa em homenagem a Nossa Senhora da Penha acontece no mês de outubro.



Festa da Penha, 1947. Disponível em: <http://www.omelhordobairro.com.br/riodejaneiro-penha/page11947.htm>

Mesmo com a desaprovação da Igreja, até hoje ainda vemos, durante os festejos, devotos subindo de joelhos os degraus da famosa escadaria, como pagamento de promessas.



Fiel subindo de joelhos as escadarias do santuário, s/data. Disponível em: http://farm1.static.flickr.com/33/91945895_cd2f6b371d.jpg

A descrição que Bilac faz da festa é bem ao gosto dos seus leitores. Não nos esqueçamos de que a revista *Kosmos* era um luxuoso periódico direcionado a uma elite com alto poder aquisitivo — gente que não circulava pelos subúrbios da cidade. Contudo, considerando-se o fato de que, na época, o Brasil era um país católico, isso nos leva a inferir que os leitores de *Kosmos* eram adeptos do catolicismo. Assim sendo, o cronista não deixou de ser intrépido ao expressar suas idéias sobre a referida festa.

Para Bilac, a Festa da Penha não tinha mais lugar no Rio de Janeiro de 1906, transformado em cidade moderna e civilizada com as melhorias urbanísticas da administração Pereira Passos. Leiamos a sua avaliação:

Uma delas é a ignóbil festa da Penha (...) este ano, a festa foi tão brutal (...) que não parecia um folguedo da idade moderna, no seio de uma *cidade civilizada*, mas uma daquelas orgias da idade antiga ou da idade média (...).

E devo confessar que a Festa da Penha nunca me pareceu tão *bárbara* como este ano. É que esses carros e carroções, enfeitados com colchas de chita, puxados por muares ajaezados de festões, e cheios de gente ébria (...) esse *tropel de povo desregrado*; todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem *ainda podia se compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas*, de betesgas escuras, de becos sórdidos. *Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate...* Num dos últimos domingos, vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo *boulevard* esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie, (...) vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada... (BILAC: 2006, v. 2, p. 370; grifo nosso)

O trecho acima é um exemplo dos contrastes do Rio de Janeiro na primeira década do século XX: o velho e bárbaro — carroções enfeitados com tecido barato, puxados por burros arreados com flores e folhagens entrelaçados com fitas e carregando gente embriagada — e o novo, civilizado e moderno — a esplêndida Avenida asfaltada, por onde carros desfilam entre prédios altos de fachadas ricas. Além disso, como já visto anteriormente, Bilac “associa” essa gente incivilizada com animais: um *tropel* de *monstros* ébrios que *urravam* — a barbárie da antiguidade no seio da cidade civilizada.

O cronista segue “reclamando” o fato de que a festa — a orgia — não se limita aos arredores da Penha, pois, quando a mesma acaba, a multidão, como uma corrente de águas imundas, inunda o coração da cidade. A situação se tornava mais grave porque essa gente fétida e perturbada pelo álcool leva para a *urbs* a violência que não foi de todo extravasada na festa. Para Bilac, a festa é escandalosa e feroz: há roubos, brigas e assassinatos. Além disso, muito fiéis voltam do outeiro “estropiados e pisados, com as costelas amassadas e a cabeça partida...”. Muitos ainda destruíam as rótulas — um sacrifício realizado como penitência —, subindo de joelhos os 382 degraus da escadaria. Em síntese: “Ir à Penha é caminhar para o Martírio!” (cf. BILAC: 2006, v. 2, p. 371).

Com tom irônico, Bilac culpa a imprensa por esses acontecimentos, pois, mesmo de forma inconsciente, encoraja “a orgia, dando-lhe adjetivos pomposos e (...) atribuir um caráter religioso a uma festa que é apenas um Carnaval disfarçado, muito pior do que o outro” (BILAC: 2006, v. 2, p. 371).

A título de curiosidade, abrimos aqui um parêntese para falar de Carnaval e samba. Apesar de origem discutível, conta-se que o famoso samba “Pelo Telefone”, de Donga, foi lançado na Festa da Penha. Esta, por sua vez, se tornou o reduto de sambistas e baianos — uma “mistura” bem carioca: samba, catolicismo e candomblé, como podemos comprovar com a leitura do trecho que se segue à foto abaixo:



Festa da Penha, 1912: Em primeiro plano, de pé, da esquerda para a direita, João Pernambuco, de chapéu branco, segurando o violão, Patrício Teixeira, de terno branco, Pixinguinha, com a flauta, e Caninha, com o cavaquinho (Disponível em: http://cifrantiga3.blogspot.com/2006_09_01_archive.html).

[A festa] Mantinha seu caráter religioso, com missas e pagamentos de promessas católicas, mas aos poucos cerimônias do candomblé foram sendo introduzidas e os sambistas faziam das barracas das “tias” baianas seus pontos de encontro. Ali, comiam bem, ouviam o canto das mulheres que cozinhavam, e os *malandros jogavam capoeira*, armavam suas rodas de samba em meio a *generosas doses de aguardente*. O que levantava a temperatura e, muitas vezes, *acabava em conflito, com intervenção violenta da polícia*, sempre à procura de motivo para reprimir samba e sambistas.

Com o tempo, músicos e grupos profissionais passam a freqüentar a Festa, e concursos musicais com prêmios são organizados. *Os fins de semana de outubro são quase tão animados quanto o Carnaval e tornam-se uma prévia dele*, pois na Penha os compositores lançavam seus novos trabalhos, numa espécie de vitrine, para o grande festejo de fevereiro.

Tia Ciata era uma das mais famosas freqüentadoras da Festa, onde armou sua barraca até morrer em 1924. O final da década de 20 marcou os últimos anos de prestígio do grande evento musical, um dos principais do início do século. (Fontes: História do Samba - Editora Globo e 12-bar Posting. Disponível em: http://cifrantiga3.blogspot.com/2006_09_01_archive.html; grifo nosso).

O texto acima corrobora a opinião do cronista com relação à Festa da Penha.

Retomando a questão da ironia bilaquiana dada ao “estímulo” da imprensa para a manutenção da festa, Bilac nos diz que ele reside no fato de os jornalistas abusarem do uso do adjetivo *poético* para descrever tudo que se relacionava à Penha: “quando chega a época da festa da Penha, em todos os jornais só se encontra o adjetivo *poético* (...) [fazendo com que] os tipógrafos sejam obrigados a esvaziar todos os caixotins em que moram o *p*, o *o*, o *e*, o *t*, o *i*, e o *c*...” (BILAC: 2006, v. 2, p. 371-2). Para o cronista, a bebedeira e o sangue destroem o lirismo que poderia estar presente no evento. Já que, a época da festa, tudo que a ela se relaciona (a igreja, a romaria, a colina, etc.) é poético, torna-se interessante notar o

uso dos termos ligados à poesia: “idílio”, “écloga” e “pastoral bucólica” (BILAC: 2006, v. 2, p. 372).

Bilac termina a crônica dizendo que, mesmo ciente do fato de que não basta apenas apontar o erro, mas também oferecer o conserto, infelizmente ele não o pode fazer. A seus olhos, a única saída seria proibir a romaria, mas isso traria a cólera por parte dos católicos. Diante desse problema, só resta dar “tempo ao tempo” e esperar que a bárbara festa acabe, assim como “desapareceu o entrudo, e (...) outras festas bárbaras que se escudavam na *implacável e insuportável Tradição*” (BILAC: 2006, v. 2, p. 372; grifo nosso). Ele acrescenta que, enquanto esse momento não chega, “o Rio de Janeiro continuará a ser desonrado pelo escândalo periódico dessa bacanal católica” (BILAC: 2006, v. 2, p. 372).

Em resumo, podemos inferir que no Rio de Janeiro *Civilizado* pela chegada da *Ordem* e do *Progresso* não há mais lugar para a barbárie dos festejos do Santuário da Penha, que se mantêm “vivos” amparados na “velha” *Tradição*.

Bilac acreditava na inevitabilidade do progresso. Para ele, cedo ou tarde todos teriam que se render a ele. É justamente por isso que determinados acontecimentos o entristeciam. Um deles foi a Revolta da Vacina, em novembro de 1904 — comentado em crônica da *Gazeta de Notícias*, de 20/11/1904 (cf. BILAC: 1996, p. 252-259).

“Não há desastre que não encerre uma lição — e este pobre povo (...) não deve perder lições” (BILAC: 1996, p. 253). Com esta frase, Bilac justifica o fato de relatar os tristes acontecimentos da semana.

Como forma de melhor exemplificar a oposição entre ordem e desordem, Bilac utilizou-se da metaforização do reino animal — recurso já exemplificado em outras crônicas analisadas neste trabalho. Os capoeiras desordeiros, que destruíram as pequenas árvores, ainda fracas e humildes, que só queriam crescer para embelezar e dar sombra aos transeuntes da *city* em reformas, são descritos por palavras como “tropol destruidor”, “alcatéia”, “feras” (BILAC: 1996, p. 253-4). Os trabalhadores — as “colméias” representando a ordem — tentavam em vão resistir à fúria dos desordeiros ao serviço dos ambiciosos e dos retóricos. “Era o medo pânico do trabalho diante da calaçaria amotinada, era a fuga da civilização diante da barbárie vitoriosa” (BILAC: 1996, p. 253-4).



Bonde tombado pelo povo durante as manifestações populares no Rio de Janeiro, novembro/1904.
Disponível em: <http://otaodabiologia.wordpress.com/2008/11/14/a-vinganca-de-oswaldo-cruz/>.

Em uma defesa contundente das medidas governamentais — causa inicial da revolta —, o cronista se pergunta o porquê de tanta fúria:

E eu perguntava a mim mesmo, embrutecido pelo espanto, que mágoa, que ressentimento, que receios, e que despeito pudera levar essa gente a um ato de tão completa insensatez, obrigando todo o Brasil a perder em um dia o que ganhara em quinze anos³³, revoltando-se contra um governo que só quer dar luz, avenida, saúde, árvores, limpeza, dignidade ao povo, dando trabalho aos que querem trabalhar, provendo os lares de pão, preparando a grandeza futura de uma pátria, que só ainda não é grande e bela por ser suja e despovoada... (BILAC: 1996, p. 254).

Para o cronista, é possível encontrar criminosos em todas as cidades; “o que não há, porém, em todas as cidades é gente culta, inteligente, polida, civilizada, que dê à vérmina humana o exemplo da desordem e da maluquice...” (BILAC: 1996, p. 257).

³³ A revolta aconteceu em novembro, às vésperas das comemorações da Proclamação da República, que então completava quinze anos.



Barricada da Saúde. *Acervo Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.*
Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/revolta/videos/02.html>

Bilac degrada os revoltosos comparando-os a vermes, ignorantes, que não precisam de exemplos para devastarem uma cidade. Além disso, uma das causas dessa “desgraça” é o analfabetismo — e o Rio de Janeiro de então, assim como o Brasil, estava cheio deles. Na opinião do cronista, é fácil convencer a gente pobre, ingênua, ignorante e analfabeta das estalagens com idéias descabidas, tais como a que dizia que “o governo queria vaciná-la com caldo de ratos mortos de peste...” (BILAC: 1996, p. 258). E é justamente por isso que ele defende a obrigatoriedade da instrução primária, pois só assim não haveria mais ingenuidade e ignorância entre a gente pobre e humilde para que os ambiciosos dela se aproveitassem. Também não haveria mais levantes militares³⁴, nem assassinos assalariados, como os bandos de capoeiras. Com instrução, todos aceitariam a vacinação e, com isso, todos lucrariam — “desde a gente que trabalha até a gente que governa, desde a limpeza das ruas até a nossa dignidade de povo, desde os inofensivos postes de iluminação pública e as pobres árvores até o crédito do país”³⁵ (BILAC: 1996, p. 259).

Cronista da cidade, de tudo que é urbano, Bilac procurou sempre enaltecer os avanços técnicos, valorizar a educação, o trabalho, a higiene, a beleza e a arte —

³⁴ Alguns militares também se insurgiram contra a obrigatoriedade da vacina.

³⁵ A revolta foi sufocada após o governo decretar estado de sítio, em 16 de novembro. O saldo final da revolta foi de 30 mortos (esse valor varia de acordo com a fonte: 23, 30 e 50), 110 feridos e milhares de presos. Apesar disso, a vacinação foi concluída e o número de mortes causadas por varíola caiu de 3500 em 1904 para 9 em 1906 (MARTINHO JR., Antonio Carlos. A vingança de Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://otaodabiologia.wordpress.com/2008/11/14/a-vinganca-de-oswaldo-cruz/>).

enfim, em suas crônicas, louvou a ordem, o progresso e a civilização. Nelas, ele tentou sempre convencer seus leitores, através das vívidas descrições dos acontecimentos — para ele, “a melhor educação é a que entra pelos olhos” —, que, para o bem-estar de todos e “felicidade geral da nação”, a barbárie deveria ser banida da nossa terra.

5. CONCLUSÃO: A CRÔNICA, O CRONISTA E SUA CIDADE

A nosso ver, nenhum gênero literário é maior que outro. Cada um tem sua importância própria. Por essa razão, a crônica não pode ser vista como um gênero menor.

Por que razão estaria a crônica em posição inferior a outros gêneros? Por que é um texto escrito essencialmente para jornal? Por que é efêmera? Engana-se quem faz tais afirmações. Quantas crônicas foram diretamente para o livro sem passar pelo jornal! Tantas outras são tão atuais hoje quanto o eram no momento de sua publicação. E quem nos garante que as que estão sendo escritas agora serão esquecidas no futuro?

Fundamental é dizer que a crônica constitui um gênero diferente. Desde seu “nascimento”, ela sempre teve um quê de “mistura”, de hibridismo, de transformação. Por muitos séculos ela ficou ligada à história — característica que a segue até hoje, pois faz parte da origem do seu nome: *cronos* (o tempo) caminha com ela. No século XIX, saiu da “clausura” dos reinos e da Igreja libertada pela imprensa — o jornal, seu “pai moderno”. Mas essa liberdade teve um preço: durante muito tempo se viu obrigada a ocupar o rés-do-chão da folha, o rodapé — espaço que não era só seu, visto que tinha que disputá-lo com os “romances em pedacinhos”. Além disso, a rebatizaram, dando-lhe o nome de folhetim, que era o mesmo atribuído aos tais romances (na verdade, no início, folhetim era o nome “genérico” daquele “chãozinho”). Mas, aos poucos, ela foi se desprendendo daquele ar sisudo que carregava desde os tempos remotos de sua existência e seu texto começou a ficar leve e descontraído. A intenção de informar os acontecimentos permaneceu; perdeu, porém, o compromisso de dizer “a verdade, apenas a verdade, nada mais que a verdade”. A informação deveria ser fornecida de maneira descontraída para deleitar o leitor. Recebeu, assim, seu nome de volta: crônica.

No meio desse caminho, a crônica saiu da França, seu lugar de origem, e veio para o Brasil. No país tropical, ela se aclimatou. Adaptou-se tão bem, que há quem diga que ela é um gênero brasileiro.

Outra verdade — pelo menos na da língua portuguesa, do Brasil ou de Portugal — é que a crônica, desde o século XIV, principalmente com Fernão Lopes, tem como uma de suas características o fato de ser um texto no qual sempre se

encontra um quê da sensibilidade do cronista. Foi justamente esse lado subjetivo, da análise dos acontecimentos, que aproximou a crônica da literatura.

Quando o cronista-mor do rei de Portugal se dispôs a investigar os fatos para narrar a verdade nua, ele imprimiu ao texto a sua visão e, mesmo estando a serviço de sua majestade, não se furtou de dizer o que achava que tinha que ser dito ou de falar do povo, que também era parte daquele país. E foi assim que a literatura entrou de vez na vida da crônica na língua portuguesa.

Mas a história e, mais tarde, o jornal não a deixavam. Este último, no Brasil, agiu como um “pai que não larga do pé da filha”, só que de maneira positiva. Isso porque, de certa forma, ele a ajudou na sua popularização. Obviamente, nada disso seria possível se não tivesse a mão do cronista — melhor seria dizer a sua alma? — para levar o leitor a ver “o mundo” com os seus olhos e, ao mesmo tempo, se divertir.

O caminho percorrido pela crônica no Brasil não foi diferente do que descrevemos anteriormente. Quando, na metade do século XIX, ela chegou a esse país, precisamente na cidade do Rio de Janeiro, foi acolhida pelas mãos de jovens que viram nela uma maneira de alcançar a fama — na sociedade da época, o jornal tinha um alcance maior do que o livro.

Nomes como os de Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado Assis e Olavo Bilac figuraram, mesmo que muitas vezes usando pseudônimos, nas páginas dos periódicos cariocas. E a crônica foi ganhando seu espaço, deixou o “chãozinho” da folha e tornou-se um meio de vida para muitos escritores. Já no século XX, com força “de gente grande”, se atreveu a sair do jornal, indo direto para o livro, sem perder o leitor.

Como vimos nesta dissertação, o Príncipe dos Poetas Brasileiros, Olavo Bilac, foi um dos nomes famosos que contribuíram para a profissionalização do cronista e, com isso, dando à crônica mais prestígio.

Cronista de uma cidade — e de um país — em transformação, Bilac assumiu uma tarefa árdua, mas que considerava primordial: mostrar como o Rio de Janeiro, a sua Sebastianópolis, e seu povo poderiam se tornar limpo e belo, civilizado como Paris — seu paradigma de perfeição — e seus habitantes.

As crônicas de Bilac são uma ode de amor a sua Sebastianópolis. Quando ele se via obrigado a exhibir suas mazelas, tais como a incivilidade de seus moradores, a sujeira das ruas, as casas velhas das ruelas sem calçamento — tudo isso bem no

coração da cidade —, ele fazia o com o coração partido. Por outro lado, mostrava imensa felicidade em reconhecer o bem que as reformas urbanísticas trazidas pelas mãos do prefeito Pereira Passos — o “Hausman tropical”, o “D. Quixote brasileiro” — estavam fazendo em prol da sua “amada”.

Para o poeta-cronista, Sebastianópolis era uma mulher que tinha sido maltratada e abandonada por quase quatro séculos — situação que não podia mais continuar, pois como cidade-capital, quer do Império, quer da República, ela era a porta de entrada do Brasil. Se a entrada é feia, o que se dirá do restante “da casa”? Bilac, com maestria, utilizou-se dos velhos recursos da retórica — persuadir, deleitar e comover — e produziu crônicas que serviram de instrumento para a educação de uma população que precisava se acostumar a novos hábitos e costumes e a identificar o “bota-abaixo” de Pereira Passos como única maneira possível para instaurar a civilização dentro do modelo republicano de ordem e progresso.

Esta dissertação teve como objetivo mostrar um pouco da história da crônica e de como ela foi utilizada por Bilac para difundir entre seu público-leitor a necessidade de deixar que a civilização entrasse em suas casas, em sua cidade, em seu país.

Pela importância que tem sua produção cronística para o momento literário do início do século, sua contribuição para a profissionalização do cronista e a beleza dos textos produzidos é que acreditamos que Bilac merece um estudo ainda maior e mais relevante do que este.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Antonio. *Almanaque Machado de Assis: vida, obra, curiosidades e bruxarias literárias*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. "Ciao". *Jornal do Brasil*, 29/09/1984. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond38.htm>> Acesso em: 23 jan. 2010

_____. Uma prosa (inédita) com Carlos Drummond de Andrade. *Caros amigos*, São Paulo, n. 29, p. 12-15, ago. 1999.

ANTELO, Raul. *João do Rio: o dândi e a especulação*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989.

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 51-66.

ASSIS, Joaquim M. Machado de. *Crônicas*. Rio de Janeiro: W. M. JACKSON INC. EDITORES, 1942. v.3

_____. Tempo de crise. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/MachadodeAssis/tempodecrise.htm>> Acesso em: 20 maio 2006.

BASTAZIN, Vera. Da crônica ao conto: a transmutação do gênero em José Saramago. *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, 2001. Disponível em: <www.eventos.uevora.pt/.../DA%20%20CRONICA%20%20AO%20%20CONTO.pdf> Acesso em: 16 set. 2008.

BELLO, José Luiz. *Evolução histórica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em relação à história do Brasil e à história do mundo: linha do tempo*. Século XIX, 2004. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/hrsxix.htm> Acesso em: 20 ago. 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Crônica - história, teoria e prática*. Coleção Margens do Texto. São Paulo: Scipione, 1993.

BILAC, Olavo. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. 2 volumes. Organização Antônio Dimas São Paulo: Imesp. 2006.

_____. *Bilac: Obra reunida*. Organização Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

_____. *Vossa insolência: crônicas*. Organização Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Hino à Bandeira Nacional* (letra) 1906. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_%C3%A0_bandeira_do_Brasil> Acesso em: 02 fev. 2010

BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 407-417.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

BUENO, Alexei. Bilac e a Poética da *Belle Époque* Brasileira. In: BILAC, Olavo. *Bilac: obra reunida*. Organização Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 15-25.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____ et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CASTRO, Ruy. *Bilac vê estrelas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COELHO NETO. *A Conquista*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16594> Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. *A Capital Federal, Impressões de um Roceiro*. 5. ed. Porto: Porto Editora, 1924.

CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v. 3, p. 325-331.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel escritores jornalistas no Brasil 1904 – 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Machado de Assis, the Apprentice Journalist. In: ROCHA, João C. Castro (Guest Editor) *Portuguese Literary & Cultural Studies 13/14: The Author as Plagiarist – The Case of Machado de Assis*. Center for Portuguese Studies and Culture: University of Massachusetts Dartmouth, Fall 2004 / Spring 2005, p. 561-569, tradução de Andrew Jager.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: _____ . *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. v.6, p. 117-143.

CRESTANI, Jaison Luís. O perfil editorial da revista *A Estação: Jornal ilustrado para a família*. *Revista da Anpoll: A Língua Portuguesa na Imprensa: 1808-2008*, Belo Horizonte, v. 1, 2008, n 25, p. 323-353. Disponível em: <www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/article/view/67/6> Acesso em: 04 fev. 2010

DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: ensaios*. São Paulo: Imesp. 2006.

DIOGO, Márcia Cezar. O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro. In: CHALOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 459-489.

FARIA, João Roberto. Prefácio. In: ALENCAR, José de. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática/Folha de S. Paulo, 1995. p. 9-14.

GUERRA, Ruy; HOLANDA, Francisco Buarque de. *Sonho Impossível (Impossible Dream*, J. Darion e M. Leigh). Versão de Chico Buarque e Ruy Guerra /1972 Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/sonhoimp_72.htm> Acesso em: 10 fev. 2010.

GLEDSOON, John. A semana 1892-3: uma introdução aos primeiros dois anos da série. In: _____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. tradução de Maria Teresa David. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 207-235.

JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 5. ed. rev e atual. Osasco: Novo Século Editora, 2007.

KESSEL, Carlos. *Tesouros do Morro do Castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LIMA, Luiz Costa. A crônica medieval e a originalidade de Fernão Lopes. In: _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 21-34.

LOBO, Eulália Lobo. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOPES, Fernão. *Crônica d'El-Rei D. Pedro*. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/16633/16633-8.txt> > Acesso em: 28 jan. 2010.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e sua época: biografia*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

MARIANI, Ricardo. *A cidade moderna: entre a história e a cultura*. São Paulo: Editora Nobel, 1986.

MARTINHO JR., Antonio Carlos. A vingança de Oswaldo Cruz. 14/11/2008. Disponível em: <<http://otaodabiologia.wordpress.com/2008/11/14/a-vinganca-de-oswaldo-cruz/>> Acesso em: 05 fev. 2010.

MENEZES, Elená Medeiros de. Em busca do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (Rio de Janeiro, 1902–1906). Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/menezes.htm>> Acesso em: 22 jul.2009.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 93-133.

_____. Estações. In: _____. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 73-107.

MIRANDA, Ana. Crônica in Fifteen Themes. In: ROCHA, João C. Castro (Guest Editor) *Portuguese Literary & Cultural Studies 13/14: The Author as Plagiarist — The Case of Machado de Assis*. Center for Portuguese Studies and Culture: University of Massachusetts Dartmouth, Fall 2004 / Spring 2005, p. 599-606, tradução de Rebecca J. Atencio.

MOCIDADE, Paulinho, SILVEIRA, Moleque e VIOLA, Dico da. “Sonhar Não Custa Nada! Ou Quase Nada”, samba-enredo do G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel, 1992. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/mocidade-rj/47467/>> Acesso em: 21 jan. 2010.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. v.2

_____. *A literatura portuguesa através dos textos*. 29. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 2009.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.) [et al]. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995. p. 17-31.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de. Antonio Vieira e o desempenho das convenções retóricas do gênero epistolar. In: ROCHA, Fátima Cristina Dias e CHIARA, Ana Cristina. (Org.). *Literatura brasileira em foco: escritas da intimidade*. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2009. p. 21-36.

PEREIRA, Wellington. *Crônica: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre crônica no jornalismo impresso*. João Pessoa: Idéia, 1994.

PICCHIA, M. del. Da biografia e de Olavo Bilac. In: JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 5. ed. rev e atual. Osasco: Novo Século Editora, 2007. p. 11-15.

PORTOLOMEOS, Andréa. A crônica machadiana na formação da literatura brasileira. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:Y0FGkcqv8qEJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=2000> Acesso em: 10 fev. 2010.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESENDE, Beatriz. O Rio de Janeiro e a crônica. In: _____ . (org.) et al. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995, p. 9-13.

RIO, João. Bilac. In: _____ . *Momento Literário*. Fundação Biblioteca Nacional, 1907, p. 4-7. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2144> Acesso em: 10 abr. 2006.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2005.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 289-365.

SCHILLING, Voltaire. Abaixo a Vacina! In: _____ . *História por Voltaire Schilling*. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/>> Acesso em: 23 ago. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Literatura como missão: tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Esequiel Gomes da. O Império do Cronista: a colaboração de Artur Azevedo no Diário de Notícias 1885/1886. *ANAIS DO SETA*, Número 3, 2009. Disponível em: <<http://cedae.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/571/411>> Acesso em: 05 jan. 2010.

SOARES, Marcos Vinicius Nogueira. A crônica oitocentista: “Ao correr da pena”, de José de Alencar. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC 2008, São Paulo. *Tessituras, Interações, Convergências*. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:YollwbqJxe0J:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=2000> Acesso em: 16 mai. 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. atual. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900 – 1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VIEIRA, Antonio. Carta Ânua ao geral da Companhia de Jesus, 30 de setembro de 1626. In: _____ . *Cartas do Brasil: 1626-1697*, Estado do Brasil e Estado do

Maranhão e Grã Pará. Organização João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003. p. 77-117.

Documentos em meio eletrônico

Brasil 500 anos: obras raras relacionadas ao descobrimento do Brasil. Disponível em: < <http://www.dbd.puc-rio.br/brasil500anos/>> . Acesso em: 10 set. 2009.

Cidade Maravilhosa. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_Maravilhosa> . Acesso: 30 nov. 2009.

História do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.almacarioca.com.br/historia.htm>> . Acesso em: 30 nov.2009.

História: Fernão Lopes. Disponível em: <http://www.citi.pt/cultura/historia/historiadores/fernao_lopes/> . Acesso em: 10 out. 2009.

João I de Portugal. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_I_de_Portugal> . Acesso em: 10 out. 2009.

Memória do Distrito Federal, prefeitos: Francisco Furquim Werneck de Almeida. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/francisco_furquim.html Acesso em: 26 jan. 2010.

Pedro I de Portugal. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_de_Portugal Acesso em: 10 out. 2009.

Revista da Vacina: A Revolta da Vacina. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/revolta/videos/02.html> Acesso em: 05 fev. 2010.

Santuário da Penha, RJ/Brasil: História. Disponível em: http://www.santuariopenhario.org.br/?secao=15256&categoria=15300&id_noticia=49891 Acesso em: 04 fev. 2010.

Crônica bilaquianas citadas

BILAC, Olavo. Crônica Livre. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 set. 1893.

_____. Crônica Livre. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1894.

_____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1900.

_____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1902.

- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1902.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1903.
- _____. Crônica: Metrópole de desocupados. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1903.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1903.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 set. 1903.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 dez. 1903.
- _____. Crônica: Revolta da Vacina. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1904.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1905.
- _____. Crônica: A história de um ano. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1907.
- _____. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 out. 1908.
- _____. Diário do Rio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 1897.
- _____. Crônica. *KOSMOS, Revista Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, mar. 1904.
- _____. Crônica. *KOSMOS, Revista Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 11, Nov. 1905.
- _____. Crônica. *KOSMOS, Revista Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 10, out. 1906.
- _____. Crônica. *KOSMOS, Revista Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 7, jul. 1907.